

Quadro do 2º semestre é preocupante

Fiesp alerta para queda da atividade industrial em julho

Marcos Oliveira - Senado



Campos Neto quer entregar a reserva do país a estrangeiros

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarou à arapuca financeira norte-americana BlackRock, gestora de fundos trilionários, que está "aberto" a colocar os ativos brasileiros, ou seja, as reservas internacionais do país, nas mãos de gestores externos. O Brasil possui reservas internacionais de cerca de US\$ 380 bilhões. **Página 2**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.915 26 de Julho a 1º de Agosto de 2023

★ ★ ★ ★ ★

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Juros criminosos do BC vão completar um ano destruindo a economia

Os resultados da Pesquisa Sensor da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) de julho apontam para uma queda da atividade da indústria paulista no mês. De acordo com a entidade, a pesquisa marca as perspectivas das indústrias paulistas para o segundo semestre "e, novamente, fica evidente a influência negativa do ambiente restritivo gerado pela manutenção da taxa de juros em patamar elevado, preste a completar um ano em 13,75%". O Sensor fechou em 47,2 pontos. O resultado indica queda. **Página 2**

Lula: "Vamos entregar o Brasil integralmente ao seu povo"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na sexta-feira (21) um conjunto de decretos sobre o controle "responsável" de armas no país. "Quem tem que estar muito bem armado no país são as forças de segurança e as Forças Armadas", destacou o presidente na solenidade de lançamento dos decretos na área de Segurança Pública. A solenidade foi realizada no Palácio do Planalto. **Pág. 3**

Presidente expressa "profunda gratidão" à África e oferece cooperação técnica

Lula disse, em Cabo Verde, que o país vai retribuir com formação tecnológica nas áreas da indústria e agricultura. **P. 3**



Rodrigo Cabral - ASCOM - MCTI

Espanha: PSOE é derrotado após apoiar guerra da Otan e sanções

As eleições para a Câmara dos Deputados, que indica o primeiro-ministro da Espanha por maioria simples, se encerraram domingo com um avanço do Partido Popular (PP), a estagnação do Partido Socialista (PSOE) do premiê Pedro Sánchez e uma ampla derrota da extrema-direita do Vox. **P. 7**

Seleção Feminina brilha na estreia e goleia Panamá de 4x0 na Copa do Mundo na Austrália

Na segunda-feira (24), a Seleção Brasileira estreou com vitória por 4 a 0 sobre o Panamá na Copa do Mundo Feminina. Com uma atuação dominante, as comandadas de Pia Sundhage justificaram o status de favoritas. Ary Borges foi o nome da partida, em sua estreia no Mundial, a ex-atacante do Palmeiras marcou três vezes e Bia Zaneratto marcou um gol. O Brasil entrou em campo com uma escalação sem muitas novidades, exceto na zaga, onde Lauren entrou para substituir Kathellen, que sentiu uma fisgada e foi preservada. O primeiro gol saiu aos 19 minutos do primeiro tempo. **Pág. 4**



"A ciência voltou! Viva o Brasil!"

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, foi aplaudida de pé durante a abertura da 75ª Reunião Anual da SBPC, realizada no Teatro Guaíra, em Curitiba, no domingo (23), ao defender o papel da Ciência no desenvolvimento brasileiro e saudar os cientistas pela página do negacionismo que está sendo virada. **Página 8**

"A Sabesp é nossa": estudantes e trabalhadores realizam ato em defesa da estatal na Paulista

Na manhã do domingo (23), a caminhada saiu da Praça do Ciclista em direção à sede da Fiesp, onde o ato foi encerrado. "Gritaremos em alto e bom som que a água é nossa e não pode estar nas mãos de meia dúzia de rentistas", afirmou o presidente da UMES, Lucca Gidra, no ato. **Página 5**

Centrais pedem urgência à lei de valorização do Mínimo

Campos Neto quer entregar reservas para estrangeiros

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarou à arapuca financeira norte-americana BlackRock, gestora de fundos trilionários, que está “aberto” a colocar os ativos brasileiros, ou seja, as reservas internacionais do país, nas mãos de gestores externos. O Brasil possui reservas internacionais de cerca de US\$ 380 bilhões.

“A gente está aberto a essa terceirização, gestão externa vamos dizer... Hoje a grande parte da gestão não é terceirizada, mas a gente está aberto a fazer isso nessa área, principalmente, porque a gente está olhando agora para novas classes de ativos”, afirmou o traíra e campeão dos juros altos.

As declarações ao fundo foram dadas em 13 de junho e veiculadas na tarde desta quinta-feira (20) pela representante do fundo americano no país, a BlackRock Brasil à Agência Reuters.

O objetivo da entrega dos ativos para gestão privada, segundo ele, é “expandir diferentes classes de ativos na carteira da autarquia”. Traduzindo, o objetivo real é regar o cassino financeiro com as reservas brasileiras. Certamente, Campos Neto deve estar de olho nas retribuições futuras a ele pela BlackRock.

“A gente entendeu que alguns programas de gestão terceirizada a gente podia fazer dentro do Banco Central, e isso ia gerar uma sinergia positiva, porque o pessoal da equipe operacional do Banco Central ia aprender sobre ativos e aprender sobre ativos ajuda muito a atividade do dia a dia do Banco Central”, acrescentou.

O megafundo financeiro, que faz o que bem entende com US\$ 10 trilhões, sem que os órgãos de controle americanos tenham qualquer controle ou acesso às suas operações, poderá, segundo Campos Neto, atuar dentro do próprio BC e ensinar aos operadores do BC. Isso é o que ele entende por “autonomia do BC”.

Só para se ter uma ideia, recentemente, a arapuca americana se habilitou a “gerir”, por exemplo, o orçamento da Ucrânia, de Volodymyr Zelensky. Esse é apenas um dos exemplos da “grande experiência” em “gestão de ativos” que a BlackRock poderia “ensinar” aos operadores do BC, como disse Campos Neto.

O “reino do BC” acenou com a terceirização mesmo admitindo que o banco já teve no passado um programa de gestão terceirizada, mas que foi suspensa porque “não era vantajoso para a instituição”.

Campos Neto vem sendo acusado de sabotar a economia brasileira e estrangular a produção e o consumo internos do país ao insistir em praticar o maior juro real do mundo.

Fiesp aponta queda da atividade na indústria paulista em julho



De acordo com a Fiesp, pesquisa marca as perspectivas para o segundo semestre

Monitor do PIB-FGV indica queda de 3% em maio

A atividade econômica caiu 3,0% em maio na comparação com abril, segundo o Monitor do PIB-FGV, divulgado nesta quarta-feira (19), considerando dados com ajuste sazonal. As elevadas taxas de juros impostas pelo Banco Central contribuíram para explicar a forte desaceleração da economia.

“O forte recuo da atividade econômica em maio reflete o fim dos principais meses de colheita da safra de soja. O expressivo crescimento do PIB no primeiro trimestre, sendo influenciado pelo desempenho da colheita de soja, elevou a base de comparação nos primeiros meses do ano e, em maio, com a redução da colheita deste produto, a atividade econômica retraiu”, segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

“Apesar da queda do PIB ser majoritariamente explicada pelas particularidades da agropecuária, cabe ressaltar que também foram registradas retrações na indústria e nos serviços em maio, embora em magnitudes distintas da agropecuária (-0,1%, em ambas as atividades). Os juros elevados contribuíram para as pequenas quedas nestas atividades, o que ajuda a explicar a dificuldade da economia crescer de forma mais robusta e menos dependente da agropecuária”, completou a especialista.

O Produto Interno

Bruto (PIB) cresceu 1,9% no primeiro trimestre de 2023 em comparação com o último trimestre do ano passado, devido a “um dinamismo bastante concentrado na agropecuária” e, muito disso, “graças à safra da soja”, destacou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi).

O PIB da agropecuária teve alta de 21,6% no primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre do ano passado, já descontados os efeitos sazonais, enquanto o PIB da indústria de transformação recuou -0,6% no período.

“Mais uma vez vemos que uma forte expansão da agropecuária não basta para dinamizar nossa economia interna. Faz falta ao país ter sua indústria em rota de crescimento”, afirmou o Iedi sobre o resultado do PIB do primeiro trimestre.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS DESACELERA

Os juros elevados atingem também o consumo das famílias, que enfrentam um elevado grau de endividamento e de inadimplência. Segundo o Monitor do PIB, apesar do crescimento de 2,9% no consumo das famílias verificado no trimestre encerrado em maio, “há uma tendência de redu-

ção desta taxa do consumo desde o final de 2022”. E destaca que o consumo de serviços é o principal componente a explicar essa tendência declinante. “Enquanto em 2022 apresentou crescimento médio trimestral em torno de 7,0%, no trimestre móvel encerrado em maio de 2023 cresceu apenas 3,2%”.

INVESTIMENTOS EM QUEDA

A Formação bruta de capital fixo (FBCF) retraiu 0,8% no trimestre findo em maio, com destaque para o segmento de máquinas e equipamentos que caiu pelo quinto trimestre móvel consecutivo. Embora outros segmentos tenham crescido, como a construção e de outros da FBCF, “não foram em magnitude suficiente para compensar a perda ocasionada pelas máquinas e equipamentos”.

Na comparação interanual a economia cresceu 1,8% em maio e 3,5% no trimestre móvel findo em maio.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, as estimativas do Monitor do PIB-FGV antecedem as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE nos meses em que este é divulgado e, nos meses em que não há divulgação, representando uma antecipação para as tendências do PIB e seus componentes.

“Fica evidente a influência negativa do ambiente restritivo gerado pela manutenção da taxa de juros em patamar elevado, prestes a completar um ano em 13,75%”, destaca a entidade

Os resultados da Pesquisa Sensor da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) de julho apontam para uma queda da atividade da indústria paulista no mês. De acordo com a entidade, a pesquisa marca as perspectivas das indústrias paulistas para o segundo semestre “e, novamente, fica evidente a influência negativa do ambiente restritivo gerado pela manutenção da taxa de juros em patamar elevado, prestes a completar um ano em 13,75%”.

O Sensor fechou em 47,2 pontos. O resultado é 0,8 pontos maiores se comparado ao mês de junho (46,5 pontos), ainda assim indica queda. A pesquisa considera que resultados abaixo dos 50,0 pontos indicam queda da atividade e levam em conta o tratamento sazonal.

O indicador de mercado (que representa o setor de atuação) registra 48,0 pontos no mês. Em comparação ao mês anterior (49,3 pontos), a queda é de 1,3 ponto, indicando piora das condições de mercado, que se repetem pelo quinto mês consecutivo.

Os estoques registram 41,7 pontos em julho e permanecem muito acima do planejado por mais um mês. O resultado é 2,1 pontos superiores aos 39,6 pontos registrados em junho. Os pontos sinalizam estoques acima do planejado desde o início de 2022.

O indicador de investimentos fecha julho com 48,6 pontos. O aumento de 3,1 pontos, é a maior variação entre os componentes da pesquisa na comparação

com junho.

“Apesar da forte elevação, o resultado abaixo da linha dos 50,0 pontos indica perspectiva de redução dos investimentos no mês”, ressalta a Fiesp.

As vendas mantêm o cenário de estabilidade em julho, ao registrar 49,9 pontos, o resultado é exatamente o mesmo do mês anterior. O último fator analisado, o emprego registra 50,1 pontos, o único componente do Sensor acima dos 50,0 pontos.

Nesse cenário, a Fiesp mantém a projeção de queda de 0,5% da produção industrial em 2023.

Josué Gomes, presidente da entidade, vem se manifestando contra a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano pelo Banco Central. “É inconcebível que um país tão rico como o Brasil, que oferece tanta segurança para aquele credor do nosso Estado, continue praticando taxas de juros tão mais altas do que os países com os quais nós competimos no cenário internacional”, declarou em reunião recente da diretoria da Fiesp, com a participação do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado como convidado.

O Banco Central mantém a Selic em 13,75% desde agosto de 2022.

A nota da Fiesp encerra reforçando a necessidade de redução da taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, dias 1 e 2 de agosto, quando volta a se reunir para definir a taxa básica da economia, que, apesar da “evolução benigna do nível geral de preços”, mantém o Brasil campeão mundial de juros reais.

Juros altos fazem crescer em 52% pedidos de recuperação judicial

No primeiro semestre deste ano, 593 empresas entraram com pedido de recuperação judicial no Brasil, número que representa um avanço de 52,1% sobre igual período de 2022. A política monetária centrada na manutenção da taxa básica de juros (Selic) a 13,75% pelo Banco Central (BC) é a principal causa apontada pela quebradeira: empresas estão se esforçando com os juros dos empréstimos, ao mesmo tempo que enfrentam uma demanda reprimida pelas condições de acesso ao crédito da população e o endividamento recorde das famílias.

De acordo com a Serasa, o número de pedidos atingiu o maior patamar em três anos. Luiz Rabi, economista-chefe da Serasa Experian, entidade responsável pelo levantamento, afirma que o aumento do endividamento das empresas é resultado das altas taxas de juros – da rápida subida do juro de 2% para 13,75% ao ano – o que não só encareceu o crédito, como também causou fuga de investimentos. O crédito empresarial neste período teve um custo médio impraticável de 19% ao mês, afirma o Serasa.

De acordo com Rabi, o aumento da inadimplência começou a crescer no final de 2021 de forma ininterrupta por 18 meses, refletindo nos pedidos de recuperação judicial que tende a crescer nos próximos meses. Vimos estampado nas manchetes dos jornais os casos das dívidas bilionárias de grandes compa-

nias, como Americanas, Light, Oi, Grupo Petrópolis, Raiola e Avibrás – mas o problema assola empresas de diversos portes e segmentos, na grande maioria são pequenas e médias empresas.

“O remédio amargo para combater a inflação com juros é o aumento da inadimplência. E o elo mais fraco dessa cadeia são as pequenas e médias empresas”, ressaltou.

Segundo a Serasa, 44% das empresas que pediram recuperação judicial no período eram do setor de serviços, justamente o que compõe mais de 70% da formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Em maio, o número de empresas inadimplentes no país alcançou 6,48 milhões. De acordo com o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo (Simpipi/SP), 47% das empresas estão com capital de giro insuficiente e 45% estão penduradas em bancos. “A escalada de juros está sendo mortal para 92% das empresas”, afirma Joseph Couri, presidente da entidade.

FALÊNCIAS DECRETADAS

O número de falências decretadas também é surpreendente: foram 546 no primeiro semestre do ano. Os setores mais afetados foram, serviços, com 220 falências; a indústria, que fechou 172 companhias e comércio, com 150. Dentre os portes, a maioria foi de micro e pequenas empresas, com 303, depois médias empresas, 129 e, por fim, grandes empresas, 114.

Petrobrás reduz em 7,1% o preço do gás natural

A Petrobrás divulgou nesta quarta-feira (19) que irá reduzir os preços do gás natural para distribuidoras a partir de 1º de agosto. O corte por metro cúbico do combustível será de 7,1% em relação ao trimestre de maio a julho. Segundo estatal, com a nova redução, o preço médio do gás natural acumulará no ano uma queda de aproximadamente 25%.

“A Petrobrás informa que, a partir de 01/08/23, conforme os contratos acordados pela companhia com as distribuidoras, os preços atualizados de venda de gás natural terão redução média de 7,1% em R\$/m³, com relação ao trimestre maio-junho-julho, considerando a variação do preço da molécula e do seu transporte por dutos”, diz trecho do comunicado.

De acordo com a Petrobrás, os contratos com as distribuidoras preveem atualizações trimestrais e que os preços do gás natural estão vinculados às oscilações do petróleo Brent e da taxa de câmbio. “Para o trimestre em referência, o petróleo teve queda de 3,8% e o câmbio teve apreciação de 4,8%”, diz a nota. “Com essa atualização, o preço do gás natural vendido pela Petrobrás para as distribuidoras acumulará redução de aproximadamente 25% no ano”.

Segundo a nota, o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da companhia, mas também pelo portfólio de suprimento de cada distribuidora, assim como por suas margens (e, no caso do GNV – Gás Natural Veicular, dos postos de revenda) e pelos tributos federais e estaduais.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
SUCURSAIS:
Rio de Janeiro (RJ): IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Escalada de juro é mortal para 92% das empresas

Para os micros e pequenas empresários da indústria, as altas taxa de juros são o principal entrave dos empréstimos e financiamentos no país, aponta a pesquisa do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo (Simpipi), em parceria com Datafolha, divulgada nesta sexta (21). “A escalada da taxa de juros está sendo mortal para 92% das empresas”, denunciou presidente do Simpipi, Joseph Couri.

Segundo os dados da 7ª rodada da pesquisa Simpipi/Datafolha, apesar do volume de consulta de empréstimos e financiamento por empresas da indústria de micro e pequeno porte ter aumentado de 11% para 17% entre o bimestre de fevereiro e março e abril e maio, 46% dessas empresas tiveram os seus pedidos rejeitados pelas instituições financeiras.

“A causa raiz, é o fato da Selic ter galopado de 2% para 13,75% em curto espaço de tempo”, disse, ao elencar uma série de prejuízos que os juros altos propõem, como as recuperações judiciais de grandes

empresas e o aumento da inadimplência das empresas e das famílias, por exemplo – fatores esses que estão sendo usados pelos bancos para restringirem ainda mais o acesso ao crédito as empresas.

De acordo com a pesquisa Simpipi/Datafolha, 39% das empresas entrevistadas apontaram a taxa de juros como o principal obstáculo para conseguirem empréstimos.

“O mote principal deste cenário difícil é indiscutivelmente a taxa de juros. Porque quando se toma o empréstimo do dinheiro, não é nem 13,75%. Isso é só o valor referencial da Selic”, lembrou Joseph Couri. “Na prática, qual quer financiamento está começando em 20%, 30%. Se cair num cartão de crédito é mais de 400%”, criticou o presidente do Simpipi, que avalia que o Banco Central (BC) deve iniciar tão logo a redução da taxa de juros e que, após ter iniciado o corte na taxa, não demore muito para derrubá-la até 6%.

Os empresários também



Vice é ministro do Desenvolvimento

Alckmin anuncia a abertura de fábrica de veículos elétricos da Embraer em Taubaté
“Empreendimento mostra força da indústria nacional e coloca o Brasil na vanguarda em setores extremamente sofisticados”

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB) anunciou, através de suas redes sociais, que a Embraer, uma das mais importantes empresas brasileiras e a terceira maior empresa de aviação do mundo, vai construir sua planta industrial de veículos elétricos de pouso e decolagem vertical (eVTOL), chamados popularmente de carros voadores, em Taubaté, interior de São Paulo.

“O Brasil, mais uma vez, mostra o potencial da sua indústria. A Embraer acaba de anunciar a instalação de sua futura fábrica de veículos elétricos de pouso e decolagem vertical em Taubaté, os chamados ‘carros voadores’, disse Alckmin. “Essa é uma demonstração de confiança em nosso país e, ao mesmo tempo, uma prova de que nossa indústria, com um ambiente de negócios favorável, ela vai desempenhar um grande papel na economia brasileira nos próximos anos”, destacou.

“O Brasil, sob a liderança do presidente Lula está mostrando que possui vantagens competitivas que o colocam na vanguarda em setores industriais extremamente sofisticados. Inovação, descarbonização e geração de emprego de qualidade. Esse é o caminho. Parabéns aos diretores, conselheiros e colaboradores da Embraer por mais esse grande feito”, afirmou o vice-presidente, destacando a inovação, a descarbonização e geração de empregos de qualidade. “Esse é o caminho”, disse ele.

Margem Equatorial: Ibama recusa decisão do STF a favor da Petrobrás

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da Petrobrás na questão da não obrigatoriedade da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é condição indispensável para que sejam lileados blocos exploratórios nem para o exercício das atividades de E&P em áreas que não tenham sido objeto de AAAS.

Reitera: “O pedido de expedição de licença ambiental em todos os seus termos e requer seja levado em conta o fato novo ora reportado, para o fim de corroborar a necessidade de revisão da decisão administrativa que indeferiu a licença ambiental para perfuração exploratória de um poço no Bloco FZA-M-59, já que o argumento central utilizado pelo IBAMA para esta finalidade teve sua razoabilidade jurídica esvaziada em vista da recente decisão do STF”.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental foi proposta em 2021 pela Rede Sustentabilidade e pedia o reconhecimento da obrigatoriedade da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para a concessão de áreas para exploração e produção de hidrocarbonetos como condição prévia indispensável para realização das atividades de exploração em determinada região.

Apesar do ofício do presidente da Petrobrás, o Ibama informou nesta sexta-feira (21) que a decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) de desconsiderar a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não terá qualquer interferência no processo de liberação da licença para exploração de petróleo na margem equatorial.

“Informamos que o acórdão do Supremo decidiu que eventual conclusão da AAAS pela aptidão de determinada área não vincula o licenciamento ambiental, ou seja, a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) é um instrumento de planejamento e não se confunde com a licença que cada perfuração precisa”, informou o Ibama.

Ele relata que “em vista da decisão proferida pelo STF (...) restou consolidado em âmbito nacional o posiciona-

mento jurídico vinculante no sentido de que a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é condição indispensável para que sejam lileados blocos exploratórios nem para o exercício das atividades de E&P em áreas que não tenham sido objeto de AAAS.”

Primeiro em decisão liminar, o Supremo afirmou que “a AAAS não constitui instrumento apto a atestar a viabilidade ambiental de empreendimento” e que “essa tarefa seria atribuída com exclusividade ao procedimento de licenciamento ambiental, em cujo bojo se implementa análise específica e minuciosa das atividades a ser desenvolvidas”.

No final de junho, o plenário do STF confirmou a decisão. A Corte emitiu extrato do julgamento afirmando que “o Tribunal, por unanimidade, confirma o indeferimento da providência de urgência, julgou improcedente o pedido formulado na inicial, nos termos do voto do Relator”.

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, mencionou, em entrevista recente, a posição tomada pelo Supremo favorável à estatal. Segundo ele, após a discussão na Corte, foi enviado um ofício por ele ao Ibama informando sobre a decisão. A estatal aguarda resposta a um pedido de reconsideração por parte de uma negativa do órgão ambiental a licença para perfurar um poço na região.

O documento da Petrobrás, de 14 de julho, assinado por Flaubert Matos Machado, Gerente Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da estatal, afirma que há um “fato novo que exige reposicionamento em relação aos argumentos que levaram ao indeferimento da licença ambiental”.

Lula: “vamos entregar o Brasil integralmente ao seu povo”



Lula durante o lançamento do Programa de Ação na Segurança (PAS)

Presidente expressa “profunda gratidão ao continente africano” e oferece cooperação tecnológica

O presidente Lula expressou “profunda gratidão” pela contribuição do continente africano na construção do Brasil e afirmou que o país vai retribuir com formação tecnológica nas áreas da indústria e agricultura.

A declaração, feita em evento em Cabo Verde, destoa dos quatro anos de declarações racistas e de distanciamento entre Brasil e os países africanos durante o governo de Jair Bolsonaro.

O presidente Lula disse que quer “recuperar a relação com continente africano porque nós brasileiros somos formados pelo povo africano, a nossa cultura, nossa cor, nosso tamanho é resultado da miscigenação entre índios, negros e europeus”. “Nós temos uma profunda gratidão ao continente” pela contribuição negra à construção do Brasil. O país foi construído pelos sacrifícios dos escravos trazidos da África.

Hoje em dia, “o Brasil tem potencial de ajudar o continente africano em



Lula e Janja com o presidente de Cabo Verde, José Maria Neves e a esposa Debora Carvalho

“abrir embaixadas onde o Brasil ainda não tem” e fazer mais reuniões para discutir “no que o Brasil pode ajudar mais no continente africano”.

Lula esteve em Cabo Verde na quarta-feira (19) e se encontrou com o presidente José Maria Neves.

O presidente Lula ainda comentou que as relações com países lusófonos na África, como é o caso de Cabo Verde, também será uma prioridade.

O presidente brasileiro ainda disse que quer visi-

Agressores de Moraes entregam vídeo adulterado à Polícia Federal

A Polícia Federal identificou que foi adulterado o vídeo entregue pelo grupo que hostilizou e agrediu o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e sua família no aeroporto de Roma, na Itália.

Um ofício já foi enviado pela corporação à defesa do trio responsável pelas agressões pedindo a íntegra da gravação feita por eles.

O caso aconteceu no dia 14 de julho, quando uma família de bolsonaristas, composta pelo casal Roberto Mantovani e Andréia Munarão Mantovani, o genro Alex Zanatta, e o filho, Giovanni Mantovani, encontraram Alexandre de Moraes e seus familiares no aeroporto de Roma e começaram a hostilizá-lo.

Andréia começou a confusão insultando o ministro do STF e o chamando de “bandido, comunista e comprado”.

Durante a discussão, Roberto Mantovani deu um tapa no filho de Alexandre de Moraes, o que foi flagrado pelas câmeras de segurança do aeroporto. A violenta família bolsonarista agora é investigada por agressão, ameaça, injúria e difamação.

Alex Zanatta sacou seu celular para gravar a hos-



Agressores Andréia Montovani, Zanatta e Mantovani

tilidade de sua família contra o ministro Alexandre de Moraes, mas enviou para a PF somente um trecho de 10 segundos. A defesa de Zanatta diz que o vídeo não foi cortado.

O casal Roberto Mantovani e Andréia negou, em depoimento, que tenha agredido o filho de Moraes. Segundo a versão deles, era o filho do magistrado que os estava ofendendo e o tapa de Roberto, filmado pelas câmeras de segurança, era apenas um movimento para “afastar o braço” dele.

No depoimento, Roberto ainda falou que não sabia que era o filho de Moraes quem estava agredindo.

A gravação das câmeras de segurança foram enviadas pela Interpol da Itália

Presidente destacou que “quem tem que estar muito bem armado no país são as forças de segurança e as Forças Armadas”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta sexta-feira (21) um conjunto de decretos sobre o controle “responsável” de armas no país. “Quem tem que estar muito bem armado no país são as forças de segurança e as Forças Armadas”, destacou o presidente na solenidade de lançamento dos decretos na área de Segurança Pública.

A solenidade foi realizada no Palácio do Planalto e faz parte do Programa de Ação na Segurança (PAS), um pacote do governo que tem o objetivo de diminuir a violência no país. Lula disse que não se pode permitir “arsenais nas mãos de pessoas”. Já o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que o decreto põe fim a um “capítulo trágico e de trevas” no país. Ele declarou ainda que a medida é “ponderada” e “equilibrada”, e pode salvar vidas.

Entre as medidas estão um decreto que reduz a quantidade de armas e munições que podem ser acessadas por civis para defesa pessoal. Além disso, retoma a comprovação da efetiva necessidade para a aquisição. De 4 armas, serão reduzidas para 2 para civis. De 200 munições por arma, ficam reduzidas para 50.

Outro decreto diminui o número de armas e munições que podem ser adquiridos pelos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Até seis armas (PF e Exército poderão autorizar, em caráter excepcional, a compra de até duas armas de fogo de uso restrito). Até 500 munições, por arma, por ano, há necessidade de autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Além de reduzir o número de armas, o decreto retoma os níveis de classificação de atiradores desportivos, conforme o número de treinamentos ou competições. O CAC tinha direito a transitar portando uma arma municiada entre o local de guarda autorizado e o da prática da atividade.

Deve ser emitida uma guia de tráfego aos CACs e aos representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional para transitar com armas de fogo registradas em seus respectivos acervos, devidamente desmuniçadas, em trajeto preestabelecido, por período pré-determinado, e de acordo com a finalidade declarada no correspondente registro.

Em entrevista, o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que as pessoas que compraram armas durante a vigência das regras anteriores não serão obrigadas a devolver os armamentos que excedem os novos limites de número de armas. Entretanto, terão que seguir

as novas regras para compra de munições por arma, e de validade do registro. O Clubes de tiro e empresas de instrução terão de ficar a pelo menos 1 km de distância de escolas públicas ou privadas. O horário de funcionamento terá de respeitar o limite entre 6h e 22h – fica proibido o funcionamento 24 horas. A mudança do horário de funcionamento terá que ser feita imediatamente. As outras adequações, em um prazo de 18 meses.

O governo alterou os critérios que classificam uma arma de fogo como sendo de uso permitido ou restrito. Essa classificação influencia no tipo de licenciamento e nas restrições para porte e posse. Para armas curtas, serão retomados os parâmetros de 2018, mais restritivos. Há novas restrições, também, para armas de cano longo. O governo diz que os arsenais dessas armas comprados com base na regra anterior poderão ser mantidos, desde que não haja irregularidades nos registros.

Pistolas 9mm, .40 e .45 ACP voltam a ser de uso restrito. Armas longas de alma lisa (ou seja, sem rajadas ou ranhuras na parte interna do cano) também passam a ser de uso restrito. Quem comprou armas do tipo se valendo da classificação anterior pode manter o arsenal, desde que os registros estejam regulares.

A validade passa a ser de 3 anos para colecionador, atirador desportivo e caçador excepcional, 5 anos para registro concedido para fins de posse e caça de subsistência, 5 anos para as empresas de segurança privada e indeterminado para os integrantes da ativa das Forças de Segurança.

Ou seja, serão indeterminadas as validades para a PF, PRF, policiais penais, polícias civis, polícias da Câmara e Senado, das guardas municipais, da ABIN, guardas prisionais, do quadro efetivo do Poder Judiciário e Ministério Público no exercício de funções de segurança, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, dos auditores fiscais e analistas tributários.

O governo também definiu uma “migração progressiva” das atividades de fiscalização de armas, hoje sob responsabilidade do Exército, para a Polícia Federal. Com isso, na prática, o controle do armamento civil passa para uma instituição civil, retirando os militares do processo. A Polícia Federal passa a absorver as atribuições relacionadas ao regimento e à fiscalização do armamento civil, mediante acordo de cooperação entre os ministérios da Justiça e da Defesa.

O governo também definiu uma “migração progressiva” das atividades de fiscalização de armas, hoje sob responsabilidade do Exército, para a Polícia Federal. Com isso, na prática, o controle do armamento civil passa para uma instituição civil, retirando os militares do processo. A Polícia Federal passa a absorver as atribuições relacionadas ao regimento e à fiscalização do armamento civil, mediante acordo de cooperação entre os ministérios da Justiça e da Defesa.

O governo também definiu uma “migração progressiva” das atividades de fiscalização de armas, hoje sob responsabilidade do Exército, para a Polícia Federal. Com isso, na prática, o controle do armamento civil passa para uma instituição civil, retirando os militares do processo. A Polícia Federal passa a absorver as atribuições relacionadas ao regimento e à fiscalização do armamento civil, mediante acordo de cooperação entre os ministérios da Justiça e da Defesa.

O governo também definiu uma “migração progressiva” das atividades de fiscalização de armas, hoje sob responsabilidade do Exército, para a Polícia Federal. Com isso, na prática, o controle do armamento civil passa para uma instituição civil, retirando os militares do processo. A Polícia Federal passa a absorver as atribuições relacionadas ao regimento e à fiscalização do armamento civil, mediante acordo de cooperação entre os ministérios da Justiça e da Defesa.

Criminosos com perfis nazistas foram desbaratados pela PF, segundo o ministro Flávio Dino

“Além de idolatrar e propagar imagens de assassinos de massacres escolares, os criminosos praticavam, por meio de perfis na internet, apologia e incitação a crimes contra a vida”

O ministro da Justiça Flávio Dino assinou, nesta sexta-feira (20), junto com o presidente Lula, uma série de decretos para enfrentar a violência e a escalada armamentista no país. Na ocasião, foi anunciado um projeto de lei de iniciativa do governo tornando os massacres em escolas crimes hediondos.

O ministro falou das operações integradas da Polícia Federal de combate preventivo em defesa das escolas e das crianças. “Um dos investigados possuía perfis de culto a símbolos nazistas, incluindo imagens de automutilação e a cruz suástica”, informou Dino, ao comentar a operação contra grupos fascistas que usam a internet para organizar massacres em escolas.

“Além de idolatrar e propagar imagens de assassinos de massacres escolares, praticava por meio desses perfis apologia e incitação a crimes contra a vida, bem como divulgava link de acesso a um grupo de mensageria, onde conteúdos proibidos de tortura, pedofilia, crueldade contra animais e pessoas são compartilhados”, explicou o ministro.

No mesmo dia, foi anuncia-

Confissão de Elcio permite avançar a mandantes da morte de Marielle

Operação da PF que prendeu miliciano nesta segunda foi realizada com base na delação de Elcio de Queiroz que confessou participação na morte de Marielle

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou hoje que o ex-PM Elcio de Queiroz firmou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal e no acordo confessou sua participação em conjunto com Ronnie Lessa no assassinato da ex-vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

Segundo o ministro, a delação embasou a Operação da PF realizada nesta segunda-feira (24) que prendeu o miliciano Maxwell Simões Corrêa, o Suel, pela sua participação no crime, encerrando assim a primeira fase das investigações. “A investigação não está concluída, [a delação] permite um novo patamar de investigação, a dos mandantes”, disse o ministro.

O ex-PM Elcio de Queiroz confirmou sua participação como motorista no crime e apontou o colega, Ronnie Lessa, como autor dos tiros que assassinaram a vereadora. A delação está de acordo com o que apurou a PF.

“Nessa delação premiada ele confirma a sua própria participação, confirma a participação de Ronnie Lessa e traz os elementos colhidos em relação ao senhor Maxwell. Temos outros aspectos que constam dessa delação e derivados das buscas e apreensões ocorridas hoje. É claro portanto que teremos desdobramentos”, afirmou Dino.

Segundo Dino, “há uma espécie de mudança de patamar da investigação. Se conclui a investigação sobre a execução e há elementos para um novo patamar, a identificação dos mandantes. Nas próximas semanas provavelmente haverá novas operações derivadas das provas colhidas hoje”.

“Esse evento de enorme importância, a ocorrência da delação premiada, com a confirmação de outros personagens, da dinâmica do crime, dos executores, permitirá esse caminho, que nós temos a convicção, a esperança - como é o nome da operação - que conduzirá aos mandantes”, frisou.

Marielle Franco e Anderson Gomes foram assassinados em 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, Rio de Janeiro. O carro em que estavam foi atingido por 13 disparos. A vereadora foi seguida desde a Lapa, no centro do Rio, onde participava de um encontro político. A arma usada no crime foi uma submetralhadora HK MP5 de fabricação alemã.

Elcio Queiroz está preso preventivamente desde 2019, assim

como Ronnie Lessa. Os dois aguardam julgamento do júri popular. Em setembro de 2022, a Justiça do Rio de Janeiro rejeitou um recurso da defesa deles e manteve as prisões. Queiroz e Lessa são réus por duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa da vítima), tentativa de homicídio e receptação.

MAXWELL

A operação desta segunda-feira prendeu o ex-bombeiro Maxwell Simões Corrêa no Rio. ‘Suel’, como é conhecido, já havia sido preso em 2020, acusado de ter se desfeito do carro usado na execução, mas respondia em liberdade. Segundo a PF, Suel participou de ações de “vigilância e acompanhamento” de Marielle antes do assassinato, segundo as investigações, desde agosto de 2017, cerca de 6 meses antes do crime, o bombeiro já vigiava a vereadora. Ainda segundo Dino, depois do assassinato, Suel ajudou a encobrir o crime.

Além de Suel, a delação de Elcio Queiroz teria apontado outros participantes, que ainda não foram revelados.

De acordo com Dino, a delação encerra investigação no patamar da execução. Resta ainda solucionar quem foram os mandantes do crime. “A investigação não está concluída, [a delação] permite um novo patamar de investigação, a dos mandantes”.

“Nas próximas semanas, provavelmente haverá novas operações derivadas desse conjunto de provas colhido no dia de hoje”, declarou.

Ainda segundo Dino, não há dúvidas da participação da milícia no homicídio. “Há a participação de outras pessoas, isso é indiscutível. [As investigações] indicam a atuação das milícias e do crime organizado”, confirmou. “Não há crime perfeito. Outras novidades com certeza ocorrerão nas próximas semanas”.

O sigilo de parte da investigação foi retirado, informou o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues e com isso, mais detalhes serão divulgados em breve.

O ministro não detalhou a data exata da delação, nem o que foi acordado em troca das revelações. Disse apenas que os termos estão sob sigilo, mas que, mesmo com a colaboração, o ex-PM permanecerá preso.

Arquiteto demonstra o prejuízo causado ao Metrô de SP pela privatização da Linha Amarela

O arquiteto, urbanista e influenciador digital Alex Sartori, do canal “De que são feitas as cidades?”, demonstrou em vídeos publicados nas redes sociais o impacto causado aos cofres da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô-SP) pelas privatizações do transporte público do Estado. Sartori mostra que os contratos da privatização do metrô paulista favorecem as empresas e o descaso com a população que sofre com um transporte precarizado, com inúmeras falhas diariamente.

“Agora imagina uma empresa que em dois anos aumentou o lucro em mais de 400% mesmo que as vendas tenham diminuído em 27%. E que esse lucro em 2021 foi de quase R\$ 1 bi. Essa é a ViaQuatro, empresa que opera a linha 4 amarela do metrô de São Paulo. Enquanto isso, o metrô estatal teve um prejuízo de mais de R\$ 1 bi em 2022”, diz Sartori, quando explica o contrato péssimo das empresas com o governo do estado.

“As empresas privadas são muito mais eficientes do que as estatais... Não, não são. Esses resultados a ViaQuatro conseguiu basicamente com o dinheiro dos seus impostos. Mesmo que você não use nem o Metrô, nem a Linha 4 Amarela. A ViaQuatro tem um contrato de concessão patrocinado com o governo do estado de São Paulo. Isso significa que o governo pode apoiar com dinheiro a empresa privada. Ela recebe dinheiro de quatro formas diferentes”, continua Alex.

“Em 2022, a Linha Amarela recebeu R\$ 4,45 por passageiro transportado e o metrô estatal recebeu só R\$ 0,36. Até 2019, o metrô estatal recebia mais de R\$ 1 bi nessa divisão. Mas em 2022, essa quantia foi de menos de R\$ 300 mi. E olha que o metrô estatal tem quase 5 vezes mais passagei-

ros do que a linha amarela”, diz o vídeo.

“Isso acontece porque cada linha tem uma tarifa de remuneração, que é diferente da tarifa pública, que é o valor que a gente paga na catraca. Na linha amarela, tem dois valores. Para quem é passageiro exclusivo, é R\$ 6,32 e para quem faz integração é metade disso. Desde 2022 até 2037, eles ainda recebem quase R\$ 0,40 por fora dessa divisão, que é uma das três multas que o governo do Estado está pagando para eles: uma porque demorou para cortar as linhas de ônibus e duas porque as obras atrasaram”, continua.

“Agora sim, quem entra num contrato desse? você paga toda a construção da obra e se você atrasar a obra, você ainda tem que pagar uma multa por isso, uma pessoa que sai do Capão Redondo, vai até Pinheiros, lá vai pegar a linha 5 Lilás, a linha 9 Esmeralda e a 4 Amarela, todas elas privatizadas e cada empresa vai receber a sua tarifa de remuneração. Isso vai dar no total R\$ 9,25. Mas a pessoa só vai pagar uma vez R\$ 4,40. Isso vai dar uma diferença de R\$ 4,85. E de onde que sai essa diferença? Das tarifas de quem usa o metrô estatal. Já faz um tempo que o metrô percebeu que isso ia dar ruim, então eles fizeram um acordo com o governo do Estado em 2015 e outro em 2022, para que o governo cobrisse uma parte dessa diferença. Só que nos últimos anos, o governo não tem passado todo o valor que prometeu”, informa Sartori.

“Assim, este é o roteiro de todas as privatizações. Primeiro deixa faltar dinheiro, depois sucateia o serviço e depois faz uma campanha contra aquele serviço que tem que privatizar porque a empresa privada sabe cuidar melhor do que a empresa estatal”, finaliza o urbanista.



Ministro Flávio Dino afirmou que investigação passa a buscar mandantes



Brasil brilhou em campo na 1ª partida desta edição da Copa do Mundo

Brasil brilha na estreia e goleia Panamá na Copa do Mundo Feminina de Futebol

Nesta segunda-feira (24), a Seleção Brasileira estreou com vitória por 4 a 0 sobre o Panamá na Copa do Mundo Feminina. Com uma atuação dominante, as comandadas de Pia Sundhage justificaram o status de favoritas. Ary Borges foi o nome da partida, em sua estreia no Mundial, a ex-atacante do Palmeiras marcou três vezes e Bia Zaneratto marcou um gol.

O Brasil entrou em campo com uma escalação sem muitas novidades, exceto na zaga, onde Lauren entrou para substituir Kathellen, que sentiu uma fisgada e foi preservada.

No ataque, ainda era dúvida quem seria a dupla de Debinha, mas como esperado, Bia Zaneratto foi a escolhida.

O time do Panamá chegou com uma linha de cinco na defesa, e quatro no meio. Pronto para defender. Mas a Seleção Brasileira conseguiu desestruturar a defesa e se infiltrar com facilidade.

Durante toda partida, o papel do Panamá foi se defender. O Brasil jogava bem, com muitas criações. Quando perdia a bola, se recuperava rapidamente, aproveitando a desorganização da defesa do Panamá.

Aos 19 minutos do primeiro tempo, após muita pressão e algumas tentativas, o primeiro gol do Brasil. Debinha recebeu de Tamires na esquerda, cortou para o meio, e avistou Ary Borges dentro da área. A camisa 9 fez um belo cruzamento para Ary cabecear e marcar.

Aos 39 minutos, Ary Borges marcou o segundo. O Brasil conseguia chegar com facilidade pelos lados, e novamente em uma jogada pela esquerda, com participação de Tamires, que fez um bom cruzamento para área, Ary estava lá novamente, ela chutou, a goleira fez uma bela defesa, mas no rebote,



Atacante Ary Borges marcou 3 dos 4 gols na estreia da Seleção Brasileira na Copa da Austrália

Ary marcou. O primeiro tempo terminou em 2 a 0, com domínio total do Brasil. As Guerreiras tinham 74, 4% de posse de bola contra 25,6%.

A segunda etapa começou movimentada. Logo aos dois minutos, o Brasil marcou o terceiro. Debinha cruzou para área, Ary Borges recebeu na frente do gol e decidiu rolar para Bia Zaneratto que chutou com força e marcou.

No meio do segundo tempo, o Brasil diminuiu o ritmo. A equipe passou a criar menos e sofreu ataques do Panamá em alguns momentos.

No entanto, mesmo com menos pressão, o Panamá deu espaço para a Seleção fazer o quarto. Aos 24, Ary Borges fez seu hat-trick. Geysa cruzou da esquerda para a camisa 17 dentro da área, que cabeceou e marcou. 4 a 0 para o Brasil.

Aos 29 do segundo tempo, Pia colocou Marta no lugar de Ary Borges. Nos minutos finais, o Brasil voltou a colocar pressão e o jogo se deu quase todo no campo do Panamá. Nos acréscimos, Marta teve a oportunidade de se tornar a única jogadora a marcar em seis edições de Copa do Mundo, após falta na entrada da área, mas a goleira defendeu.

“Nem nos meus melhores sonhos imaginei isso... É um dia muito especial.

Ao longo do dia, fiquei muito feliz, ansiosa, chorei, mas nunca imaginei que pudesse ser da forma que foi. Muito feliz pelos três gols, mas muito mais feliz pela partida que fizemos. Uma honra estar nesse seletivo time e tenho a chance de estar jogando com a melhor de todas (sobre a comemoração em homenagem à Marta)”, disse Ary Borges após o jogo.

“Feliz demais por ela (Ary Borges). Óbvio que fazer três gols em uma estreia não é tão fácil assim, ela foi abençoada. Na verdade ela fez três gols e deu uma assistência, quase quatro. Eu fiquei honrada em ter entrado no lugar dela, acho que fiquei mais tranquila, porque entrei naquele momento em que o jogo já estava mais tranquilo para o Brasil”, disse Marta após o jogo.

“Depois que a gente fez o quarto gol, fomos para cima tentando fazer mais. As meninas que entraram estavam com vontade de fazer um gol, isso é normal, porque o jogo nos proporcionou essa situação. Então, o que a gente criou hoje foi um trabalho coletivo que a gente vem fazendo a bastante tempo e espero que a gente continue assim para que possamos conquistar esse título tão sonhado”, afirmou Marta.



Arilson Chiorato é presidente da Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas do PR

Privatização da Copel serve ao mercado financeiro, diz o deputado Arilson Chiorato

Em entrevista ao HP, o deputado estadual Arilson Chiorato (PT), presidente da Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas, fala da luta em defesa da Companhia de Energia do Paraná (Copel) para que a estatal continue como um patrimônio do povo paranaense.

Ele cita os prejuízos financeiros aos cofres públicos e aos consumidores paranaenses que a transformação da Copel em corporação deve ocasionar.

“O que acontecerá com a Copel quando a ideia de Corporation for implementada é que quem estabelecerá a estratégia de inserção da empresa no mercado será o setor financeiro. Ocorre que o setor financeiro é curto prazista, e é este curto prazismo que irá mudar a Copel. A empresa deixará de ser um importante aliado ao desenvolvimento industrial e da agricultura paranaense, visará tão somente a geração de lucros para seus sócios do mercado financeiro”, avalia.

Recentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) solicitou a retirada da proposta de privatização da companhia da pauta da Assembleia Geral de Acionistas (AGE) da Copel, o que barrou o processo realizado de forma atropelada pelo governador, Ratinho Jr. (PSD). Na visão do deputado, a entrega da Copel “serve somente ao mercado financeiro” e irá onerar o serviço aos paranaenses.

“A quem serve uma empresa sem controlador? Respondo: serve ao mercado financeiro. Note que quase a totalidade das empresas que são negociadas na B3 tem um grupo controlador. E é esse grupo que controla a empresa que estabelece as estratégias de investimentos, crescimento de mercado e de como a empresa se posicionará no setor que atua. É muito comum ver que, graças a essas estratégias, empresas consolidadas deixem de distribuir dividendos por alguns anos, a fim de realizarem investimentos que trarão maiores retornos nos anos seguintes. O que acontecerá com a Copel quando a ideia de Corporation for implementada é que quem estabelecerá a estratégia de inserção da empresa no mercado será o setor financeiro. Ocorre que o setor financeiro é curto prazista, e é este curto prazismo que irá mudar a Copel. A empresa deixará de ser um importante aliado ao desenvolvimento industrial e da agricultura paranaense, visará tão somente a geração de lucros para seus sócios do mercado financeiro”.

DEMISSÕES EM MASSA

“A Copel é das empresas com maior índice de satisfação segundo os próprios consumidores. Temos uma das empresas de energia mais eficientes do país. E só temos isso graças ao fato de a Copel ter um corpo técnico altamente qualificado. Obviamente a ideia de PDV é substituir esses profissionais por outros que custem menos. E nesse caso é inevitável que a qualidade dos serviços prestados pela empresa caia em proporção ainda maior que os salários que ela pretende economizar”.

“Além disso, a Copel tem hoje uma das tarifas de energia mais baratas do país. Para se ter uma ideia, a tarifa da Copel está hoje em R\$ 0,631 o kWh, a tarifa mais cara do Brasil está custando R\$ 1,32 o kWh, 109% mais cara que a tarifa da Copel. É claro que a lógica do setor privado é gerar o máximo de lucro possível. Entendemos isso e sabemos que esta é a lógica do capital. E é justamente por isso que uma empresa como a Copel precisa permanecer nas mãos do Estado somente. E só na condição de empresa pública que a Copel será utilizada como instrumento de desenvolvimento de outros setores da economia paranaense. Por que é nessa condição que ela não terá como princípio a geração máxima de lucros. E isso não tem nada a ver com dar prejuízos”.

“Tem muita gente que mistura essas duas coisas. Defendo que a Copel seja, sim, superavitária, mas também acredito que por ser uma empresa do setor de energia, ela pode abrir mão de cobrar a tarifa mais cara, afim de dar maior competitividade a outros setores da economia. Como exemplo disso, quero lembrar de políticas como a irrigação noturna que permitia que agricultores utilizassem a energia em período noturno, com tarifa reduzida, ampliando sua produtividade e utilizando a energia num horário que em geral a demanda é muito reduzida”.

A íntegra da entrevista pode se acessada em horadopovo.com.br

Centrais cobram urgência para lei de valorização do salário mínimo



Prioridade é reconstruir Ministério e recuperar direitos devastados pela reforma trabalhista, diz Marinho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que desde o início do mandato o movimento do governo tem sido no sentido de reconstruir o Ministério diante da destruição causada durante os anos do governo Bolsonaro. A declaração foi feita em entrevista ao portal Jota, publicada nesta sexta-feira (21).

Marinho falou sobre a reforma trabalhista, organização sindical e terceirização, ressaltando que a reforma de Temer foi “devastadora do ponto de vista dos direitos”. “Traz a perversidade de levar uma insegurança jurídica nas relações, criando o negociado sobre o legislado, inclusive na negociação individual. Isso não existe em lugar nenhum do mundo em país democrático. Os governos Temer e Bolsonaro quase destruíram as organizações sindicais, enfraqueceram as negociações coletivas, retomaram a fome e a miséria”, disse o ministro.

De acordo com Marinho, o governo prepara um projeto de lei revisando pontos da reforma, levando em conta as sugestões dos fóruns tripartites de negociação. “A tramitação de leis no Congresso exige construção de entendimento. Do ponto de vista da legislação trabalhista, é preciso rever pontos da perversidade que pairou sobre a última reforma, como é o caso da terceirização, o desmonte das condições de custeio dos sindicatos e o fim da homologação. Há várias questões sobre as quais é necessário voltar a refletir e debater para que se convença as lideranças empresariais e trabalhadoras. A partir dessa construção de entendimento, é possível facilitar a tramitação desses pontos no Congresso”, avalia.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Ponto crucial para a organização dos trabalhadores, a contribuição sindical também deve ser tema da proposta de retomada dos direitos trabalhistas. “É preciso reconstruir as finanças dos sindicatos, criar esse conceito, mas com razoabilidade. Enxergamos que, além da mensalidade que está no estatuto do sindicato para os associados, é preciso criar uma contribuição compulsória quando das negociações coletivas para o conjunto da categoria”, disse o ministro do Trabalho.

De acordo com Marinho, a retomada do financiamento da estrutura sindical deve se dar, especialmente, através da contribuição negocial e deve afetar tanto o sindicato de trabalhadores quanto o patronal. “Se o sindicato presta um serviço e você se beneficia, é justo que contribua com essa prestação de serviço, como, por exemplo, as negociações coletivas. O sindicato faz o investimento quando sua direção vai ao Congresso conversar com deputados e senadores para pensar a legislação trabalhista de interesse dos trabalhadores. Então, é justo que o conjunto da categoria contribua para a manutenção desse sistema. Pode fazer oposição? Sim. Se alguém discorda, tem que ir na assembleia buscar convencer [do contrário] para não ter aberrações e abusos. E um pouco a lógica do que se está pensando [no ministério] e vale para trabalhadores e empregadores”.

Marinho explicou que a proposta deverá ser diferente da contribuição sindical anterior à reforma. “É uma contribuição negocial e, portanto, é preciso ter uma contrapartida de serviço. Ou seja, tem que ter uma convenção coletiva, cláusula econômica e um benefício conjunto da categoria para justificar uma contribuição. É diferente da contribuição sindical, que era definida e todo ano tinha aquele valor e ponto. Não tinha nem o direito de falar quero ou não quero nem individual nem coletivo” continuou.

O ministro também defendeu a manutenção dos acordos coletivos até que outro acordo seja estabelecido, o que foi derrubado com a reforma. “Se você fez um contrato coletivo e não renovou, porque o empregador está dificultando as negociações, a cláusula desse contrato tem validade enquanto outro contrato não substituí-lo. Isso acabou na última reforma. Se o contrato coletivo tem valor de lei, ele não pode expirar em uma data, a não ser que esteja lá [registrado que] ‘esta cláusula vale por tempo determinado’”.

Sobre a reforma sindical, falou somente que “a lógica é pensar em mandato de sindicato, seja do trabalhador ou dos empregadores, de no máximo de quatro anos, flexibilidade de eleição, transparência e prestação de contas aos associados”.

TERCEIRIZAÇÃO

Em relação à terceirização, o ministro do Trabalho destacou a necessidade de se rever a lei 13.429, de 2017, que passou a permitir a terceirização também das atividades-fim.

“A terceirização é um item que deve ser visitado porque ela ficou ampla demais, liberou geral. Isso tem levado à fragmentação e à precariedade nas relações do trabalho, ao trabalho análogo à escravidão. As operações, na grande maioria, não se dão na atividade principal do contratante, ocorrem exatamente em um dos elos da terceirização”, afirmou.

Divulgação/UMES



“A Sabesp é Nossa”: estudantes e trabalhadores na Paulista realizam ato em defesa da estatal

Na manhã deste domingo (23), estudantes e trabalhadores encerraram a semana de mobilizações em defesa da Sabesp com um ato na Avenida Paulista. Organizada pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), a caminhada saiu da Praça do Ciclista em direção à sede da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), onde o ato foi encerrado.

Lucca Gidra, presidente da UMES, explicou que a semana contou com mobilizações em todas as regiões de São Paulo com o objetivo de dialogar com a população e denunciar os prejuízos, caso a proposta de privatização se concretize. “A água é um direito fundamental e essencial para a vida, não podemos permitir que algo tão importante seja transformado em mercadoria que, para se ter acesso, precisa ter dinheiro. Além disso, a Sabesp foi construída com o trabalho e suor do povo, é uma empresa lucrativa e essencial para o desenvolvimento de São Paulo e do país” disse Lucca.

“A Sabesp não só é autossustentável, como ainda coloca dinheiro nos cofres públicos. Recurso esse que tanto pode ser usado para aumentar a cobertura do saneamento, quanto ser investido em educação, saúde e moradia, por exemplo. Os estudantes cumpriram importantes tarefas ao longo da história do Brasil defendendo as riquezas e interesses do povo. Agora, assim como foi na campanha do ‘Petróleo é Nosso’, gritaremos em alto e bom som que a água é nossa e não pode estar nas mãos de meia dúzia de rentistas”, completou o líder estudantil.

A campanha começou na terça-feira (18) com uma panfletagem no Terminal Lapa (ZO), passando du-

rante a semana, na Praça do Forró, em São Miguel Paulista (ZL), Praça Ramos, no centro histórico, Terminal Santo Amaro (ZS) e Terminal Tucuruvi (ZN), antes do ato desse domingo.

O presidente do Sintaema, José Faggian, afirmou que essa foi uma semana muito importante para a luta em defesa da Sabesp a da água como direito. “O pessoal da UMES encabeçou essa campanha, produzimos o material para poder dialogar com a população e o finalizamos num grande ato aqui na Paulista, sempre nesse intuito de dialogar com a população que será a principal prejudicada, caso os serviços públicos, em especial a Sabesp e a água, sejam privatizadas”, destacou.

“Então a gente vem aqui hoje, cumprir esse papel de dialogar com a população mostrando que a Sabesp é uma empresa pública, que presta um serviço essencial de qualidade para população de São Paulo e que se ela for privatizada, a tarifa tende a aumentar, a qualidade do serviço tende a piorar e os principais prejudicados serão o povo, então ele tem que sair dessa bolha e para isso é fundamental, lógico, que os estudantes, mas também de todos os setores da sociedade, da juventude, do movimento social entendam isso e possam ajudar a tocar essa luta. O problema da privatização do serviço essencial não é apenas trabalhadores da SABESP, mas um problema de todo o povo de São Paulo”, continuou Faggian.

Lucca e Faggian ressaltaram que a água é direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) já desde 2010 e que o acesso deve ser garantido independente da capacidade ou não de pagamento. “E quando a gente pega uma coisa como a água e coloca uma empresa cujo único objetivo é ter lucro prestando esse serviço, a gente perde esse principal objetivo que é de levar água, saúde, saneamento para

população com serviço universalizado. O setor privado não vem para produzir água, para entregar água para população, para produzir saneamento. Vem para ter lucro e se for privatizado esse vai ser o final. Então a gente precisa conscientizar o povo e barrar o processo de privatização”, completou o presidente do Sintaema.

O ato saiu da Praça do Ciclista e terminou em frente à sede da FIESP. Durante todos os trajetos, populares que passavam pela passeata se manifestaram contra a privatização buscando adesivo e panfletos distribuídos pelos organizadores.

“Essa unidade da UMES, CTB e Sintaema é uma coisa muito importante. Essa semana, essa unidade foi para a periferia conversar com o povo e o sentimento que percebemos é de que a Sabesp não deve ser privatizada. Isso porque a privatização ela tem como fundamento principal nada diferente de queda na qualidade do serviço e tarifa lá em cima em nome do lucro. Vai deixar muita gente sem água, inclusive aqui de São Paulo, que não vão conseguir pagar. Então, essa luta é uma luta muito importante para que a gente possa garantir o serviço de qualidade e garantir preço justo”, disse Ubiraci Dantas, vice-presidente nacional da CTB.

Para Renê Vicente, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em São Paulo (CTB-SP) enfatizou a importância dos estudantes se somarem na luta contra a privatização. “Os estudantes, a UMES, ao se somarem a essa luta, eles contribuem muito para a conscientização da classe trabalhadora a respeito da importância do sistema de saneamento aqui no estado de São Paulo, que Tarcísio quer transformar em mercadoria”, disse Renê.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

O mínimo “eleva igualmente a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura e o comércio” (Getúlio, no 1º de Maio de 1940)

Em nota conjunta, as centrais sindicais brasileiras clamam aos parlamentares a aprovação do requerimento de urgência do deputado federal José Guimarães (PT/CE) do Projeto de Lei 2.385/23 sobre a política de valorização do salário mínimo. Essa política foi negociada no Grupo de Trabalho (GT) de empresários e trabalhadores, criado pelo presidente Lula, no âmbito do Ministério do Trabalho. Pelo projeto, o cálculo para o valor do mínimo será a soma do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores.

Para as centrais “é importante considerar que o novo salário mínimo no valor de R\$1.320,00, ainda que registre ganho real, está muito aquém das necessidades das famílias brasileiras”. Segundo a nota, o levantamento feito pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que o mínimo deveria ser de R\$ 6.578,41, em junho.

O critério proposto agora é o mesmo utilizado nos governos anteriores do presidente Lula, que possibilitou um aumento real por volta de 50%, alcançados pelo crescimento do PIB no período. O fato

destacado pelas centrais na nota é que “valorizar o Salário Mínimo é uma forma de distribuir renda e diminuir a profunda desigualdade social ainda existente no País”.

Pela proposta, o aumento real do salário mínimo desacelera a absurda concentração de renda no Brasil, já que distribui uma parcela do crescimento do PIB para os que ganham o piso nacional.

A instituição do salário mínimo, em 1940, na avaliação do presidente Getúlio Vargas, feita no discurso das comemorações do 1º de Maio “eleva igualmente a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção”. Ou seja, o piso salarial para Getúlio era, antes de tudo, um instrumento para alavancar o PIB.

O poder de compra original do mínimo se manteve no seu governo e nos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, períodos em que o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo, em média 7% ao ano. Por duas vezes, João Goulart, ministro do Trabalho de Getúlio e presidente da República, reajustou o mínimo em 100%, para recuperar seu poder de compra.



Nivaldo da CTB: “Frente Ampla nas ruas contra os juros, pelo desenvolvimento”

“O Brasil precisa crescer, se reindustrializar, melhorar a vida do povo, realizar as mudanças sociais com as quais o governo Lula se comprometeu”, afirmou o secretário de Relações Internacionais da CTB, Nivaldo Santana, durante reunião da Direção Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), nesta terça-feira (18), em São Paulo.

As quatro últimas reuniões do COPOM, dirigidas pelo presidente do Banco Central “independente”, Campos Neto, mantiveram as taxas de juros em 13,75%. “O juro alto em dívida as empresas e as famílias e impede o crescimento econômico”, apontou Nivaldo.

Ele enfatizou a necessidade de “ampliar a capacidade de mobilização e conscientização das bases”, e deu como exemplo a passeata no congresso da UNE. Outro exemplo, disse, “foi a manifestação gigante na Colômbia, promovida pelo presidente Gustavo Petro”.

Para o secretário da CTB é preciso “conquistar a maioria social. Sem isso, o governo não conseguirá implementar as medidas pelas quais foi eleito” e destacou “acabar com juros alto e implementar uma nova política monetária”. Ele lembrou que “a formação de uma frente ampla em defesa da democracia foi fundamental para o êxito eleitoral em outubro do ano passado, com o isolamento e a der-

rota da extrema-direita”. E avaliou ainda que nossa capacidade de mobilização está insuficiente e citou como exemplos os primeiros de maio e os atos em frente aos BCs.

Nivaldo Santana, que é da Comissão Política do PCdoB e Secretário Nacional Sindical, afirmou que “o governo tem procurado adotar medidas para melhorar a vida do povo, como o aumento real do salário mínimo, a reposição para os servidores, que há anos não tinham seus salários reajustados e a igualdade de salário homem/mulher, para trabalho igual. Fez a plenária sindical e criou três grupos tripartites para regulamentação do trabalho em aplicativo, valorização do salário mínimo e mudanças na legislação trabalhista e sindical, colocando no centro a possibilidade de financiamento dos sindicatos com a contribuição negocial”.

“Mesmo antes de tomar posse, aprovou a PEC da Transição. No oitavo dia do governo, derrotou uma tentativa de golpe... Nivaldo avalia “que o saldo do governo nos primeiros seis meses “é positivo” e citou a retomada dos investimentos em Ciência e Tecnologia, o Plano Safra e a restauração da credibilidade mundial do Brasil “que Bolsonaro transformou num pária internacional”. Ele considerou que “o grande ativo político que nós temos é a capacidade do presidente Lula para enfrentar esta situação”.



“Táticas fascistas do Texas contra imigrantes afrontam a civilização”



Iraquianos querem prisão de profanadores Multidão ocupa as ruas de Bagdá em repúdio à profanação do Alcorão na Suécia

Milhares de pessoas foram às ruas do Iraque, do Irã e do Líbano, na sexta-feira (21), em repúdio a uma nova profanação do Alcorão – livro sagrado para fé islâmica – na Suécia, o que levou grupos de pessoas a incendiar a embaixada do país escandinavo em Bagdá já na madrugada.

A indignação popular levou multidões às ruas depois que Salwan Momika, um desertor iraquiano, pisou e rasgou o Alcorão do lado de fora da embaixada de Bagdá na Suécia, na quinta-feira (20), ofensa que Estocolmo autorizou, pela segunda vez, sob o pretexto de que trata-se de ‘liberdade de expressão’.

Em 28 de junho, o mesmo indivíduo havia queimado várias páginas do livro do Islã em frente a uma mesquita de Estocolmo, tendo as autoridades suecas colocado a polícia para garantir sua segurança.

A provocação da quinta-feira (20) desencadeou nova crise entre a Suécia e o Iraque, que ordenou a expulsão da embaixadora sueca em Bagdá, removeu todos os seus quadros de Estocolmo e retirou a licença para operar no país à empresa sueca Ericsson.

Países de maioria muçulmana e organizações islâmicas, por sua vez, levantaram suas vozes intensificando seus apelos ao boicote de mais produtos e empresas do país europeu.

No Iraque, o influente líder religioso Moqtada Sadr convocou milhares de manifestantes que se reuniram em uma avenida de Bagdá sob as consignas “Sim, sim ao Islã”, “Sim, sim ao Alcorão” e “Sim, sim ao Iraque”, enquanto exibiam cópias do livro sagrado muçulmano, retratos de Al Sadr e bandeiras iraquianas, confirmou um correspondente da AFP. “Com esta manifestação queremos fazer chegar a nossa voz à ONU, para obter a penalização de qualquer profanação dos livros sagrados, do Islã, do Cristianismo e do Judaísmo”, disse Amer Shemal, funcionário municipal.

No Irã, uma multidão foi às ruas de Teerã carregando bandeiras iranianas e cópias do Alcorão, cantando: “Abaixo os Estados Unidos, o Reino Unido, Israel e a Suécia”. Alguns também incendiaram bandeiras suecas. No Líbano, centenas de pessoas se reuniram em frente a várias mesquitas em um subúrbio ao sul de Beirute. O exército reforçou as medidas de segurança nas proximidades da embaixada sueca.

CRISE DIPLOMÁTICA

O Ministério das Relações Exteriores da Arábia Saudita disse em comunicado que entregará uma nota de protesto ao encarregado de negócios da Suécia “para exigir, acima de tudo, que as autoridades suecas tomem medidas imediatas para pôr fim a esses atos vergonhosos”.

A Turquia instou Estocolmo a tomar medidas concretas para levar às barras dos tribunais as pessoas envolvidas na ofensa ao Alcorão. “Esta provocação não tem nada a ver com a liberdade de expressão. Exortamos as autoridades suecas a tomarem medidas concretas. A ação não tem nada a ver com a democracia, pelo contrário, é um golpe contra a democracia, contra os valores democráticos”, disse o vice-presidente Jevdet Yilmaz.

Por sua vez, Marrocos retirou seu embaixador da Suécia indefinidamente. As autoridades do país consideraram “inaceitável” permitir a zombaria contra os muçulmanos, o que está além de quaisquer “posições políticas e divergências que possam existir”.

“É um ato vergonhoso que ofende os sentimentos dos muçulmanos em todo o mundo”, disse o Ministério das Relações Exteriores do Egito. O comunicado apelou ao governo da Suécia e demais Estados europeus para que evitem incitar crimes de ódio e defendam a tolerância e a convivência pacífica entre as diferentes comunidades.

“ONU DEVE TOMAR MEDIDAS”

Apoiando os manifestantes nas ruas, o governo do Irã convocou o embaixador sueco em Teerã. “Condenamos fortemente a profanação repetida do Alcorão Sagrado na Suécia e responsabilizamos o governo sueco pelas consequências de provocar os sentimentos dos muçulmanos em todo o mundo”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Naser Kanani. O país persuadiu uma carta ao secretário-geral da ONU, António Guterres, na qual denuncia que a concessão de permissão a este tipo de manifestação “trará problemas irreparáveis, incluindo a propagação do ódio, da violência e da xenofobia em diferentes sociedades”. A carta também pede que “tome as medidas necessárias o mais rápido possível” para evitar que esses eventos se reproduzam.

Após uma reunião com representantes da Organização para a Cooperação Islâmica, Guterres expressou a sua determinação em “combater o ódio religioso”, bem como a sua solidariedade para com os muçulmanos. O porta-voz de Guterres, Stéphane Dujarric, acrescentou que estão preocupados com a queima de exemplares do Alcorão e o assalto à Embaixada da Suécia no Iraque, e apelou ao respeito mútuo.



Agentes do Texas são orientados a negar água e jogar imigrantes de volta ao Rio

Israelenses se concentram diante do parlamento contra golpe de Netanyahu

A multidão chegou às portas de Jerusalém, vinda desde Tel Aviv, foi recebida por dezenas de milhares na cidade. Trens chegam lotados trazendo israelenses de todos os recantos do país para se somarem à manifestação.

Ao final da tarde do sábado, 22, a multidão entrou em Jerusalém após uma marcha de quatro dias que partiu do centro de Tel Aviv e atravessou a estrada que liga as duas cidades pernitando nos kibutzim (aldeias israelenses) que abriram as portas aos manifestantes. Trens chegam de todos os pontos do país a Jerusalém lotados de israelenses dispostos a se reunirem com os manifestantes já acampados ao lado do parlamento, o Knesset.

A previsão é de que, nesta segunda-feira o número de manifestantes diante do Knesset chegue a mais de 200 mil.

É a 29ª semana de rebeldia popular contra a tentativa do governo fascista comandado pela coalizão Netanyahu/Gvir/Smotrich de passar leis que, na prática, suprimem o Poder Judiciário de forma a conceder a esta maioria parlamentar atual um poder exclusivo e ditatorial sobre toda a população, comandada por um grupo que já manifestou uma estúpida voracidade de multiplicar o assalto a terras palestinas.

Na sexta-feira, milhares de manifestantes se reuniram diante do prédio da Histadrut, a Central Sindical de Israel, para pedir à direção da central que convoque uma greve geral caso passe a derrubada da chamada Lei da Razoabilidade (que dá à Corte Suprema o poder de anular leis que firmam este princípio ainda que passem por maioria do Knesset, o congresso israelense). A



Multidão diante do parlamento israelense

organização que congrega os empregadores também se dispõe a apoiar, caso a Histadrut tome esta iniciativa.

Manifestantes pedem à direção da Central Sindical Histadrut que convoque greve geral.

Ao mesmo tempo dezenas de milhares de militares da reserva (que em Israel servem regularmente, em torno de um mês por ano, em constante prontidão) declararam que, passada a lei ditatorial, não se apresentarão mais ao chamado da sua corporação militar, incluindo 1.142 pilotos da Força Aérea israelense.

Neste sábado e domingo, generais, almirantes e brigadeiros saíram em apoio à decisão dos reservistas, dizendo que é Netanyahu, com sua voracidade ditatorial, quem está colocando a segurança do país em risco. Yuval Diskin, ex-chefe do serviço de segurança, Shin Bet, foi dos mais enfáticos:

“A batalha de hoje é pela natureza do Estado, contra aqueles que buscam destruir suas fundações e impor uma legislação que dana os valores centrais desta democracia, portanto, suspender a apresentação voluntária pelos reservistas

é certo um passo irregular, mas é legal, democrático e, acima de tudo, uma atitude heroica”.

Neste domingo, o ex-presidente da Corte Suprema, Aharon Barak, falou para uma multidão que se concentrou na sede da entidade: “A legislação que Netanyahu leva adiante para suprimir o Judiciário, é uma catástrofe nacional e pode se tornar o último prego no caixão da democracia israelense”.

A votação, que estava prevista para esta segunda-feira, agora pode acontecer na terça-feira, enquanto isso há uma grande mobilização de bastidores, o ministro da Defesa, Yoav Gallant, pediu a Netanyahu para adiar a votação, assim como o dirigente da Histadrut, Arnon Bar-David, mas até aqui o premiê não deu sinais de arredar pé, mas já baixou hospital com taquicardia durante a semana passada.

Também houve outras reuniões, como a do líder opositorista Yair Lapid, com o presidente Herzog e, ainda, do outro líder opositorista e ex-chefe do Estado Maior, Benny Gantz e o atual chefe do Estado Maior, Herzl Halevi.

“Estado deve dinamizar a economia”, afirma Luisa González, candidata a presidente do Equador

“O Estado tem de assumir o papel de dinamizar a economia, de começar a apoiar os setores mais vulneráveis, sobretudo garantindo serviços de saúde e educação de qualidade e gratuitos. No governo da Revolução Cidadã pusemos o Estado trabalhando para todos os setores: para a indústria, gerando empregos; para o setor público, garantindo direitos”, afirmou a advogada Luisa González, dirigente de confiança do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) e única mulher candidata à Presidência do Equador nas eleições do próximo 20 de agosto.

A ex-deputada destacou que “o investimento público, como na rede ferroviária e em tudo o que é infraestrutura dinamiza o emprego, e isso requer fontes de financiamento” e o estabelecimento de prioridades. “Não sei o que esse governo está fazendo com dinheiro público! Há uma execução orçamentária muito baixa porque eles não têm ideia de como funciona. E eu tenho dito claramente: o país não está aqui para experimentar. Já basta. Porque estamos experimentando com pessoas inexperientes, somos como somos. A baixa execução orçamentária de um ministério quando a população tem necessidades mostra



Luisa defende “investimento em infraestrutura”

que eles são inúteis na gestão do setor público. O que oferece a Revolução Cidadã e Luisa González: um trabalho em equipe. Eu não estou sozinha”, frisou.

Para a dirigente opositorista, “os fundos que estão nessas reservas internacionais devem ser trazidos para o país, é o dinheiro equatoriano que deve ser usado para reativar a economia nacional”.

GERAR EMPREGO

Há menos de um mês das eleições, com discurso voltado para a geração de empregos, garantia de direitos e investimento na segurança, Luisa lidera todas as pesquisas de intenção de voto.

Jornal mexicano ‘La Jornada’ denuncia a “xenofobia homicida” e afirma que ações criminosas ordenadas pelo governador texano Greg Abbott “estão em oposição direta aos direitos humanos básicos”

O jornal mexicano La Jornada repudiou em editorial, no sábado (22), a colocação de barreiras flutuantes no Rio Grande, ordenada pelo governador do Texas, Greg Abbott, como parte de sua feroz perseguição contra migrantes indocumentados que incluem “ordens para que agentes da polícia de fronteira empurrem de volta para o rio qualquer pessoa que tente atravessá-lo, incluindo crianças e bebês amamentados por suas mães”. “Tal conduta pode ser enquadrada como tentativa de homicídio, pois quem é jogado na água não só corre o risco de afogamento, mas, como já aconteceu, de sofrer lesões causadas pela cerca de arame farpado instalada na orla”, apontou.

ABISMO

Recordando que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos advertiu o governador texano contra a prática criminosa, o La Jornada ressaltou que “para além das medidas legais propícias, é claro que a única forma eficaz de travar esta caminhada rumo ao abismo da xenofobia e à exaltação do ódio é os cidadãos norte-americanos viarem as costas a políticos como Abbott, o seu colega da Florida Ron DeSantis ou o ex-presidente Donald Trump”. “Esses indivíduos sem escrúpulos aplicam táticas fascistas para dar golpes eficazes em seus rivais e satisfazer o desejo de mão pesada de um setor da sociedade que, embora infelizmente seja numeroso, está em oposição direta aos

direitos humanos básicos e aos valores centrais da civilização, pelo que devem ser firmemente rejeitados por todos os canais legais e institucionais”, acrescentou.

Em carta enviada na quinta-feira (20), ressaltou o La Jornada, a promotoria alertou o presidente que “as ações do estado do Texas violam a lei federal, levantam preocupações humanitárias, apresentam sérios riscos à segurança pública e ao meio ambiente e podem interferir na capacidade do governo federal de cumprir suas obrigações oficiais”.

CRIMES

De acordo com o jornal, “além de recorrer a atos flagrantemente criminosos como os descritos, a guerra declarada de Abbott aos migrantes é em si ilegal, uma vez que usurpa o papel exclusivo do governo federal de administrar e controlar as fronteiras nacionais. No caso específico das barreiras flutuantes, também é violada a norma que proíbe a obstrução da capacidade navegável das águas do país, bem como a construção de qualquer estrutura nessas águas sem autorização do Corpo de Engenheiros do Exército”.

Diante de tantos e tamanhos atropelos, o La Jornada defende que o Departamento de Justiça proceda “com todos os poderes ao seu alcance para chamar à ordem um personagem que usa a luta contra a migração irregular e a defesa de uma segurança nacional mal compreendida como pretextos para empreender uma caçada que relembra alguns dos episódios mais sombrios da história”.

Índia e Indonésia anunciam uso de moeda local nas transações comerciais entre os dois países

Índia e Indonésia planejam instituir a utilização de moedas dos dois países em suas transações comerciais. O anúncio foi feito após conversas realizadas em reunião entre as Ministras das Finanças da Índia, Nirmala Sitharaman, e da Indonésia, Mulyani Indrawati.

O encontro ocorreu por ocasião da terceira Reunião de Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais do G20, realizado na Índia, na cidade de Gandhinagar, no Estado de Guzerate.

O acordo entre Nova Delhi e Jacarta determina que exportadores indianos poderão receber em rúpias da Indonésia, enquanto os exportadores de mercadorias da Indonésia poderão ser pagos em rúpias indianas.

A ministra das Finanças da Indonésia disse no domingo que ela e sua colega indiana discutiram o trabalho conjunto para fortalecer os diálogos políticos sobre comércio, tecnologias digitais, sistemas de pagamento e crescimento econômico.

Os dois países também estão buscando expandir o objetivo dos pagamentos digitais usando a estrutura do sistema Interface Unificada de Pagamentos (Unified Payments Interface-UPI) da Índia, desenvolvido pela Corporação Nacional de Pagamentos. Isso ocorre apenas alguns dias depois que o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, durante uma visita a Paris, anunciou que o sistema UPI será disponibilizado na França, permitindo que turistas indianos acessem a Torre Eiffel e outros conhecidos lugares fazendo um pagamento em rúpias por meio de um aplicativo móvel.

Entendimento entre Índia e Indonésia foi anunciado logo depois do governo da Índia informar que o comércio bilateral com os Emirados Árabes Unidos, um de seus maiores parceiros comerciais, a partir de agora será realizado em suas moedas nacionais – rúpias e dirhams – e que interligarão os sistemas de pagamento, conforme anúncio

do sábado (15), de acordo com o qual a Índia está interligando sua UPI com a Plataforma de Pagamentos Instantâneos dos Emirados Árabes Unidos.

Nova Delhi tem se empenhado ativamente para tornar a rupia indiana uma moeda internacional forte com poder de ser usada como uma alternativa ao dólar norte-americano no comércio internacional. Um relatório recente do grupo de trabalho do Banco de Reserva da Índia afirmou que a rupia tem potencial para se tornar uma moeda internacionalizada, já que é um dos países que mais cresce e “demonstrou notável resiliência mesmo diante de grandes ventos contrários”.

Na reunião do G20 no domingo, a Índia e a Indonésia divulgaram o ‘Diálogo Econômico e Financeiro’, uma plataforma conjunta que busca fortalecer a cooperação entre as duas nações e promover um entendimento compartilhado sobre questões globais, disse o Ministério das Finanças indiano.

A plataforma visa aumentar a colaboração em questões econômicas e financeiras bilaterais e internacionais, reunindo formuladores de políticas econômicas e reguladores financeiros de ambos os países.

Reconhecendo o potencial da economia digital, as duas ministras das Finanças e governadores dos bancos centrais presentes em Gandhinagar, afirmaram que, tendo como pano de fundo a “Política Olhar para o Leste” da Índia e a subsequente “Política de Atuar para o Leste”, as relações bilaterais entre a Índia e a Indonésia floresceram nos últimos anos, com a última se tornando o maior parceiro comercial da Índia na região da ASEAN, com o comércio bilateral tendo um aumento de oito vezes desde 2005, atingindo US\$ 38 bilhões no ano fiscal de 2022-23. Alguns dos principais itens comercializados entre os dois países são produtos agrícolas, óleo de palma e petróleo.



Mick Lynch (ao centro), líder do sindicato RMT diz que “ferrovias privadas investem 1% e torram 65% dos lucros em dividendos”

Ferrovários britânicos fazem greve por salário

A paralisação iniciada quinta-feira (20) por mais de 20 mil ferrovários britânicos continua neste sábado (22), ampliando a mobilização da categoria contra o arrocho salarial, o fechamento de bilheterias e por melhores condições de trabalho. De acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferrovários, Marítimos e de Transporte (RMT), participam da mobilização funcionários das 14 companhias ferroviárias, o que fortalece a pressão e dá visibilidade ao movimento pelo resgate do patrimônio para o Estado.

“As empresas de trem investem pouco ou nada em nossas ferrovias e obtêm lucros completamente injustificáveis, que eles desviam em dividendos de acionistas e pacotes de pagamentos”, denunciou o secretário-geral do RMT, Mick Lynch, frisando que entre 2006 e 2022 elas investiram apenas 1% do dinheiro nas ferrovias. Conforme estudos do sindicato, as empresas arriscam pouco, enquanto se beneficiam dos impostos, lucrando 126% do capital investido.

“É um escândalo que o público viajante esteja sendo roubado por gananciosos corsários ferrovários enquanto, ao mesmo tempo, o governo supervisiona um sistema corrupto e prolonga uma disputa ferroviária por motivos políticos”, acrescentou Lynch, alertando que 65% dos lucros ficam retidos nos dividendos dos acionistas, em vez de serem redistribuídos para melhorar a ferrovia ou aumentar os salários e melhorar as condições de trabalho. Para o secretário-geral do RMT, “já é hora de parar esse trem de bonança de lucros e que as ferrovias retornem à propriedade pública para o bem do país e dos trabalhadores ferrovários”.

Sem a reabertura do diálogo pela associação de empresas operadoras de trens Rail Delivery Group (RDG), a categoria anunciou que voltará a paralisar no próximo sábado (29), até que o direito dos ferrovários seja respeitado. “Os trabalhadores ainda aguardam um convite para voltar à mesa de negociações. Os problemas são os mesmos. As empresas estão atacando nossos empregos. Estão fazendo demissões. Estão fechando serviços”, afirmou Lynch.

Em vez de trilhar o caminho do diálogo e assumir a responsabilidade das empresas, o porta-voz da RDG preferiu atacar o movimento, dizendo que as greves “causarão, sem dúvida, transtornos, afetando não apenas o deslocamento diário” dos passageiros, mas também “os planos das famílias para as férias de verão”, que começam hoje para crianças em idade escolar.

As empresas divulgaram que as greves organizadas pelos ferrovários desde junho de 2022 custaram ao setor mais de 715 milhões de euros (R\$ 3,8 bilhões), mas se calam diante da sua política de arrocho e desemprego, acusando os trabalhadores de usarem “medidas de força” que “travaram” sua recuperação e “ameaçam a sua sustentabilidade a longo prazo”.

O Reino Unido enfrenta uma grave crise no custo de vida, com uma inflação de 7,9% em junho, a maior dos países do G7 (também formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Japão).

Diante disso, os trabalhadores têm feito pipocar paralisações em todos os setores, como transportes, saúde, educação e correios, reivindicando aumentos reais de salário.

PSOE colhe derrota depois de apoiar guerra da Otan e sanções dos EUA



PSOE de Pedro Sánchez já sofrera ampla derrota em maio nas eleições municipais

Ataque ucraniano com bombas de fragmentação mata jornalista russo

O correspondente militar da agência russa RIA Novosti, Rostislav Zhuravliov, foi morto em um bombardeio ucraniano com bombas de fragmentação atiradas contra um grupo de jornalistas que preparava matérias sobre o uso pela artilharia ucraniana de munições desse tipo, também chamadas de cluster [aglomerado] ou de dispersão, condenadas por mais de 120 países, informou o Ministério da Defesa de Moscou neste sábado.

Além disso, o fotógrafo de guerra Rossya Segodnya, Rostislav Zhuravliov, foi morto em um bombardeio ucraniano com bombas de fragmentação atiradas contra um grupo de jornalistas que preparava matérias sobre o uso pela artilharia ucraniana de munições desse tipo, também chamadas de cluster [aglomerado] ou de dispersão, condenadas por mais de 120 países, informou o Ministério da Defesa de Moscou neste sábado.

Além disso, o fotógrafo de guerra Rossya Segodnya, Rostislav Zhuravliov, foi morto em um bombardeio ucraniano com bombas de fragmentação atiradas contra um grupo de jornalistas que preparava matérias sobre o uso pela artilharia ucraniana de munições desse tipo, também chamadas de cluster [aglomerado] ou de dispersão, condenadas por mais de 120 países, informou o Ministério da Defesa de Moscou neste sábado.

“Com imenso pesar, o corpo jornalístico também está sofrendo perdas. Esta já é a segunda vítima para nós: nosso fotógrafo Andrei Stenin foi o primeiro a cair pela verdade logo no início da guerra em Donbass. Rostislav era um profissional muito experiente, ele era o primeiro a chegar às áreas mais perigosas: Mariupol, Volnovakha, Lisichansk, Volchansk, Kupiansk, e ele era sempre o primeiro a transmitir informações precisas e importantes”, assinalou Dmitry Kiselev, diretor-geral do jornal



Rostislav Zhuravliov era um profissional experiente

Rossya Segodnya.

“Mas acreditamos que tais sacrifícios não são em vão, pois tanto o Exército quanto os correspondentes de guerra defendem ideais elevados”, comentou Kiselev, expressando as mais profundas condolências à sua família e entes queridos.

“O uso de munições de fragmentação é desumano e deve ser excluído da prática de operações de combate. E todas as garantias de norte-americanos e ucranianos sobre a ausência de planos de usar essas armas contra não combatentes acabaram sendo pura mentira. A responsabilidade por esse crime é igualmente da Ucrânia e dos Estados Unidos”, escreveu o vice-presidente do Conselho da Federação (Senado da Rússia) Konstantin Kosachov em seu canal no Telegram.

O político russo também descreveu a morte do correspondente do Sputnik como “notícia monstruosa”.

Os Estados Unidos ultrapassam todos os limites ao fornecer munições de fragmentação que “es-

tão matando jornalistas”, sublinhou.

“Eu me pergunto o que o público americano vai pensar de seu país cruzando todas as linhas morais em uma tentativa inútil de salvar o regime corrupto de Kiev, que está desmoronando”, questionou no Twitter o vice-representante permanente da Rússia na ONU, Dmitri Poliansky. Nesse sentido, garantiu que a classe política norte-americana “aparentemente só pode dar lições aos outros”.

“Tudo indica que o ataque ao grupo de jornalistas não foi realizado por acaso”, disse a representante da chancelaria russa, Maria Zakharova, reagindo ao assassinato do correspondente militar.

Ela observou que as estruturas internacionais devem optar, como sempre, por fechar os olhos para esse crime hediondo cometido por Kiev.

“Aqueles que forneceram munições de fragmentação aos seus protegidos em Kiev compartilharão toda a responsabilidade, e os responsáveis pelo massacre brutal serão punidos”, adicionou.

O Partido do premiê Pedro Sánchez estagnou em 122 deputados – apenas dois a mais – e ficou atrás do PP, que cresceu de 89 para 136. A extrema-direita reunida no Vox despencou de 52 para 33. As bancadas juntas do PP e Vox não alcançaram maioria para governar

As eleições para as 350 cadeiras da Câmara dos Deputados, que indica o primeiro-ministro da Espanha por maioria simples, se encerraram neste domingo (23) com um avanço do Partido Popular (PP), a estagnação eleitoral do Partido Socialista (PSOE) do premiê Pedro Sánchez e uma ampla derrota da extrema-direita do Vox.

Com 8.078.210 votos (32,77%), o PP ampliou sua bancada de 89 para 136 deputados; o PSOE alcançou 7.749.791 votos (31,86%), indo de 120 para 122, o Vox atingiu 3.029.886 votos (12,39%), despencando de 52 para 33 e a coligação progressista do Sumar (ex-Podemos) obteve 3.013.679 votos (12,31%) e 31 cadeiras.

A abstenção de 29,6%, uma das maiores da história, só não foi recorde porque foram contratadas às pressas 10 mil pessoas para viabilizar o voto por correio, uma inovação nesta oportunidade.

Para o líder do conservador Partido Popular, Alberto Núñez Feijóo, foi vitória amarga pois não

conseguiu alcançar a espedrada maioria absoluta para formar um governo ou aliar-se à extrema-direita.

Ao mesmo tempo, o PSOE, do atual primeiro-ministro Pedro Sánchez teria que formar uma nova coalizão para manter outra legislatura à frente do governo, somando com os 31 deputados do Sumar. (coalizão que inclui o Podemos, que rompeu aliança como o PSOE)

Caso os partidos majoritários não consigam negociar uma maioria viável, haverá um impasse e o país seria obrigado a realizar novas eleições em novembro ou dezembro.

Fatores como o maior índice de desemprego na União Europeia, a carga das consequências de descarrilamento econômico a partir da submissão a Washington nas sanções contra Rússia, incluindo visitas de Pedro Sánchez a Zelensky não empolgaram o eleitorado.

Como sintetizou o site Esquerda Diário, “não se pode enfrentar uma direita de verdade com uma esquerda de mentira”.

CIA espionou Rafael Correa, Lula, Cristina e Mujica, afirma El País

A empresa de segurança espanhola Undercover Global (UC Global), que prestava serviços na embaixada do Equador em Londres, está sendo investigada por ter usado seus equipamentos para espionar – a serviço da CIA – o ex-presidente Rafael Correa em várias situações.

A informação do jornal espanhol El País, em reportagem desta terça-feira (18), vem de alguns arquivos no computador do dono da empresa, David Morales, que está sendo investigado pela justiça espanhola por espionagem por ordem da CIA. Morales, ex-militar da Marinha, teria invadido as conversas que Correa teve com outros ex-presidentes da região como Cristina Fernández de Kirchner, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e “Pepe” Mujica.

Morales foi contratado pelo governo de Correa com o intuito de cuidar da segurança da Embaixada do Equador em Londres, que era onde Julian Assange estava refugiado. Na época, o ex-militar teria pedido que os funcionários acompanhassem as reuniões do dono do WikiLeaks, mas teria espionado o próprio Correa, para depois passar informações para o sucessor L. Moreno (2017-2021), adversário político de Correa.

Mas não ficava só nisso. O proprietário da UC Global teria espionado para a CIA as reuniões em 2018 do ex-presidente do Equador, Rafael Correa (2007-2017), com os ex-presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai, Cristina Kirchner, Lula, Dilma e Mujica, segundo informações encontradas em seu laptop MacBook revistado por ordem do juiz do Tribunal Nacional espanhol Santiago Pedraz, que o investiga há três anos por vários crimes.

Segundo publica o jornal espanhol, as conversas entre os líderes da região aconteceram quando Correa já havia deixado o poder, em 2018. O nome da agência de inteligência dos EUA (CIA) aparece várias vezes nos arquivos recuperados do laptop de Morales. As escutas teriam sido efe-

recidas ao então presidente L. Moreno, após seu afastamento com Correa e depois que Moreno colaborou com a expulsão do jornalista australiano Julian Assange da embaixada do Equador em Londres em 2019.

Segundo o jornalista investigativo equatoriano Arturo Torres, pela segurança diplomática na embaixada e pelo monitoramento de Julian Assange, a UC Global faturava US\$ 84.100 por mês. Para todos os contratos, de 2012 a maio de 2018, o Estado equatoriano desembolsou um total de 13,25 milhões de dólares.

Em 17 de novembro de 2017, Morales escreveu uma reportagem em inglês intitulada Brussels Meetings (reuniões em Bruxelas) na qual descrevia as reuniões e conversas mantidas com o ex-presidente em sua casa. Ele foi questionado pelos advogados de Assange sobre este material que inclui uma série de e-mails.

O material aprendido na sede da UC Global, em Jerez de la Frontera (Cádiz) também incluiu vídeos do ex-presidente durante reuniões com terceiros, descreve o El País.

A defesa de Assange fez novas descobertas no caso que está sendo investigado pelo Tribunal Nacional da Espanha, incluindo uma pasta chamada “North America/USA/CIA/Romeo/Brasil/Argentina/March 2018/Venegas Chamorro/Viaje” que lista os encontros de Correa com vários ex-presidentes da América Latina. Romeo é o apelido que a empresa atribuiu a Correa. É Venegas Chamorro é Amauri Chamorro Venegas, que foi assessor de imprensa do ex-presidente do Equador.

Correa foi escutado por funcionários da UC Global durante viagem, que ocorreu de 18 a 24 de março de 2018. O ex-presidente do Equador terminou seu contrato com a UC Global em maio de 2019. Isso aconteceu quando um de seus guarda-costas confessou que o ex-militar e proprietário da empresa havia pedido que ele escrevesse relatórios sobre suas reuniões e atividades pessoais e políticas.



Técnicos da SMIC operam máquina de produção de chips na China (foto SMIC)

Intel, Qualcomm e Nvidia apelam a Biden para que pare ‘restrições ao comércio de chips com a China’

Executivos de empresas produtoras de chips, incluindo a Intel, Qualcomm e Nvidia pediram ao governo dos EUA que “não façam mais restrições” ao comércio com a China no setor.

Os executivos lançaram um manifesto direcionado à Casa Branca através da Associação das Indústrias de Semicondutores alertando que “permitir à indústria o acesso contínuo ao mercado chinês, o maior mercado comercial do mundo para commo-

ties de semicondutores é importante para evitar que medidas de estímulo governamental ao setor sejam minadas”.

“Além disso”, prossegue o documento, os passos repetidos e de amplas restrições, no entanto, muitas vezes ambíguas e unilaterais trazem o risco de diminuir a competitividade da indústria de semicondutores, quebrar a cadeia de suprimentos, causar incerteza no mer-

cado e levar uma escalada de retaliações por parte da China.

O documento dos empresários norte-americanos saiu logo depois da China anunciar, entre outras medidas, o maior controle sobre a exportação de matéria-prima necessária à produção de circuitos em semicondutores, a exemplo do gálio e do germânio, terras raras que a China é o maior minerador mundial.

Rússia aponta conluio dos EUA no atentado terrorista contra a ponte da Crimeia

A Rússia denuncia que os Estados Unidos estão implicados no “ato terrorista” que tirou de operação, temporariamente, uma seção da ferrovia que atravessa a ponte que liga a península da Crimeia à Rússia continental.

No atentado, dano causado por míssil disparado de drone aquático, morreu um casal, deixando a filha de 14 anos órfã e ferida.

“O fato de Washington dar cobertura aos extremistas de Kiev nos permite dizer, de forma confiante, que Estados Unidos é cúmplice nos crimes deste regime. Este apoio que o encoraja a cometer novas atrocidades”, denunciou o embaixador permanente adjunto da Rússia junto à ONU, Dmitry Polyansky.

“Lamentamos que, das potências ocidentais, não houve nenhuma repulsa este ato de terrorismo”, acrescentou Polyansky. Sem citar os elementos que permitiram ao Serviço Nacional Antiterrorismo denunciar envolvimento do serviço secreto inglês no atenta-

do, Polyansky disse, no Conselho de Segurança da ONU, que “há muita coisa apontando para o envolvimento da Inglaterra na preparação e execução deste ataque”.

Depois que o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que a “Ucrânia tem o direito de se defender”, o embaixador da Rússia nos Estados Unidos, Anatoly Antonov, denunciou que tais declarações “são uma tentativa de justificar os atentados terroristas de Kiev contra cidadãos russos e instalações do país”.

Em resposta ao atentado, as forças russas atingiram com mísseis instalações usadas para preparar os ataques terroristas contra a Rússia, informou o Ministério da Defesa da Federação Russa.

Ao anunciar as ações de retaliação, o Ministério da Defesa informou que “as forças russas lançaram um número de investidas usando armas de alta precisão a partir do mar”. O ataque destruiu drones marítimos e um estaleiro em Odessa que era utilizado para a produção destes drones.

Luciana Santos defende investimento na Ciência para que Brasil se torne uma potência tecnológica

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, foi aplaudida de pé durante a abertura da 75ª Reunião Anual da SBPC neste domingo (23) ao defender o papel da Ciência no desenvolvimento brasileiro. Segundo a ministra, os avanços na área representarão “um verdadeiro divisor de águas entre este capítulo que estamos escrevendo e os episódios recentes de negação da ciência e dos seus benefícios para a humanidade”.

Luciana afirmou que os retrocessos do governo Bolsonaro “agravaram vulnerabilidades econômicas e sociais, levando o Brasil de volta ao ‘Mapa da Fome’”. “Mas sob a liderança do presidente Lula, estamos resgatando valores civilizatórios, fortalecendo a

nossa democracia e enfrentando as desigualdades que ainda persistem em nosso País”, disse.

A ministra ressaltou ainda as “robustas conquistas” da pasta nos primeiros seis meses de governo, como o reajuste do valor das bolsas científicas e a convocação de um concurso público para reestruturação do MCTI, além da redução dos juros nos financiamentos para inovação nas empresas e a recomposição integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E destacou que, ao “resgatar o protagonismo do Brasil no mundo, o presidente Lula confere à cooperação científica status especial dentro da política externa do seu governo”.

Veja a íntegra do discurso:

LUCIANA SANTOS

Senhoras e Senhores,
É uma honra participar da solenidade de abertura da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – um evento que temos profundo respeito e identificação desde os tempos de estudante de Engenharia na Universidade Federal de Pernambuco. Como liderança do movimento estudantil e depois na política, sempre acompanhamos de perto as atividades desta combativa instituição, que é uma aliada permanente da sociedade e árdua defensora da ciência como elemento indissociável do desenvolvimento econômico e social e da soberania nacional.

Historicamente, a ciência brasileira sempre enfrentou períodos de grandes desafios. Nestes momentos, a SBPC esteve à frente da resistência, lutando para que os tempos sombrios nunca prosperassem. Foi assim na ditadura militar e, mais recentemente, na pandemia, quando agiu com firmeza no combate às fake news sobre a Covid-19 e aos tratamentos sem comprovação científica promovidos pelo governo negacionista. A SBPC também teve atuação vigorosa contra as diversas iniciativas de corte orçamentário, mobilizando diferentes atores contra o desmonte do sistema de fomento à ciência do País.

O Brasil conta e sempre contará com o apoio inequívoco da SBPC contra eventuais tentativas de aviltamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de prejuízo do seu papel estratégico de formulador, articulador e indutor do progresso científico e tecnológico do País.

Nesse sentido, a SBPC chega aos 75 anos como marca indelével do Brasil que acredita na ciência e produz ciência da mais alta qualidade. É um patrimônio nacional, orgulho de todos os brasileiros e de todas as brasileiras.

O tema “Ciência e democracia para um Brasil justo e desenvolvido” faz jus ao novo momento que vivemos em nosso País. Ao reunir a inteligência nacional e homens e mulheres comprometidos com um Brasil mais justo, democrático e inclusivo, a 75ª Reunião Anual da SBPC constitui espaço privilegiado de discussões sobre assuntos tão urgentes e relevantes, como desenvolvimento sustentável, diversidade, direitos humanos e fortalecimento da democracia.

Assim como a ciência, os valores democráticos foram



criminosamente confrontados na história recente do País. Vimos a implementação de políticas públicas que agravaram vulnerabilidades econômicas e sociais, levando o Brasil de volta ao “Mapa da Fome”. Mas sob a liderança do presidente Lula, estamos resgatando valores civilizatórios, fortalecendo a nossa democracia e enfrentando as desigualdades que ainda persistem em nosso País.

Neste novo Brasil, retomamos o diálogo com a comunidade científica e vários outros segmentos que compõem o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Nos primeiros dias de governo, estivemos na sede da SBPC e na Academia Brasileira de Ciências, e recebemos, em Brasília, dirigentes das universidades e institutos federais de educação. Abrimos as portas do Ministério para o diálogo franco e produtivo com todos os atores do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia sem distinção.

As conquistas se dão a cada passo, mas já podemos elencar um robusto conjunto de entregas nos primeiros seis meses de governo. De maneira consistente, demos respostas a muitas demandas urgentes e para as quais tínhamos o compromisso de oferecer uma solução já nos primeiros 100 dias de Governo.

Nesse sentido, avançamos na correção das bolsas de estudo e pesquisa, concedendo reajuste que beneficiou 258 mil bolsistas da Capes e do CNPq. Lançamos dois editais de pesquisa no valor de R\$ 590 milhões. No caso da Chamada Universal do CNPq, trata-se do maior valor já liberado. Também reajustamos os valores das Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora, contemplando oito modalidades e beneficiando 6.500 bolsistas em atuação.

Anunciamos o primeiro concurso público do MCTI em mais de dez anos, que terá um número maior de vagas para unidades de pesquisa e entidades vinculadas que o previsto inicialmente. Do total de 814 vagas, 196 estão reservadas para a recomposição dos quadros técnicos das instituições que integram a estrutura do MCTI, um acréscimo de 38



vagas em relação à previsão inicial.

Também anunciamos a liberação de R\$ 50 milhões para a recuperação da infraestrutura e recomposição orçamentária das entidades vinculadas ao MCTI. E reconhecendo o papel fundamental que desempenham no desenvolvimento científico e na formação de recursos humanos, garantimos a manutenção do Programa de Capacitação Institucional, o PCI, em 2024.

Duas outras conquistas são estratégicas para recuperar o sistema de fomento à pesquisa e à inovação em nosso País: a redução dos juros nos financiamentos para inovação nas empresas e a recomposição integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com essa recomendação, o FNDCT passou a dispor de R\$ 10 bilhões para investimentos em 2023.

Essas duas medidas nos oferecem a oportunidade histórica de avançar na construção de um país inclusivo e sustentável através da ciência, da tecnologia e inovação. Assim, definimos em portaria publicada no dia 10 de maio as Diretrizes e Eixos Estruturantes que deverão nortear a elaboração da Nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A partir das novas diretrizes, construímos 10 Programas Estruturantes e Mobilizadores, com relevância e impacto sobre o desenvolvimento do País e foco na reindustrialização em novas bases tecnológicas. Através desses programas, vamos potencializar os impactos dos investimentos do FNDCT para alcançar os objetivos que estão alinhados às diretrizes do governo, aos desafios da

sociedade e à inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

Nesse sentido, tenho a satisfação de anunciar no dia de hoje recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões no âmbito do Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica em Universidades e Instituições de Ciência e Tecnologia – o Pró-Infra. Os recursos serão distribuídos nos próximos dois anos por meio de editais da Finep. Desse total, R\$ 300 milhões serão destinados exclusivamente para a consolidação e expansão da infraestrutura de pesquisa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa. Nosso objetivo é ampliar o número de equipamentos científicos nestas regiões, descentralizando a base tecnológica do País. Também estamos destinando R\$ 500 milhões para infraestrutura focada em temas prioritários para o desenvolvimento nacional: saúde, defesa, transição energética, transição ecológica e transformação digital.

O Pró-Infra tem a perspectiva de resgatar a capacidade das nossas instituições de produzir ciência de qualidade e tecnologia de ponta que possam ajudar o País a crescer, a reduzir as assimetrias regionais e a gerar emprego e renda.

Senhoras e Senhores,
Vivemos uma nova conjuntura internacional, marcada por uma pandemia e conflitos geopolíticos de grandes proporções, que evidenciaram a fragilidade das cadeias globais de produção e fornecimento e acirraram a disputa pelo

domínio tecnológico e a competição baseada em interesses nacionais. Também enfrentamos problemas globais, como eventos climáticos extremos, escassez hídrica, elevação do nível dos oceanos, emergências em saúde e insegurança alimentar. Esses desafios não reconhecem fronteiras e só serão solucionados com a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação.

Ao resgatar o protagonismo do Brasil no mundo, o presidente Lula confere à cooperação científica status especial dentro da política externa do seu governo. Tive o privilégio de acompanhar o presidente em três missões ao exterior: à Argentina e ao Uruguai; à China; e a Portugal e Espanha. Nessas visitas, firmamos instrumentos de cooperação em áreas estratégicas, como inteligência artificial, tecnologias quânticas, semicondutores, mudanças climáticas, energias renováveis, saúde, bioeconomia, espaço e novos materiais. Anunciamos o desenvolvimento conjunto de projetos estruturantes para o País, como o Reator Multipropósito Brasileiro em parceria com a Argentina, que tornará o Brasil autossuficiente na produção de radioisótopos para o tratamento do câncer, e o satélite CBERS-6, com a China, que revolucionará o monitoramento da Amazônia e outros biomas brasileiros por meio de uma nova tecnologia de radares.

Os próximos anos serão de particular relevância para que nosso País possa projetar sua liderança e coordenação em temas científicos e tecnológicos. O Brasil sediará a Cúpula da Amazônia, assumirá a presidência do G20, em 2024, e será sede da COP-30, em 2025.

Nosso objetivo é utilizar a cooperação internacional e a diplomacia científica para enfrentar os grandes desafios. Para ser uma potência tecnológica nos próximos 30 anos, temos que investir no enfrentamento das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade, na transição energética, na transformação digital, na autossuficiência em saúde e biotecnologia e na superação da fome e das desigualdades.

Faremos isso usando as nossas melhores capacidades e por meio de chamadas bilaterais e multilaterais a projetos de pesquisa, encomendas e a internacionalização das nossas Instituições de Ciência

Abertura da 75ª Reunião Anual da SBPC - Foto: Deni/Cientistas Engajados

e Tecnologia. Somados aos nossos esforços de cooperação científica, trabalharemos para garantir a transferência de tecnologia dos centros mais avançados para o Brasil. Para isso, usaremos instrumentos de estímulo à inovação, como o uso do poder de compra do Estado e as compensações tecnológicas.

Ao fim desse ciclo, a ciência brasileira terá alcançado um novo patamar, e os benefícios serão compartilhados com toda a população.

Antes de encerrar, gostaria de dizer que temos muitas razões para estarmos otimistas. A recomposição integral do FNDCT e o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, juntamente com a reinstalação do Conselho Nacional e a convocação da 5ª Conferência Nacional, representam uma virada de página na história do nosso setor – um verdadeiro divisor de águas entre este capítulo que estamos escrevendo e os episódios recentes de negação da ciência e dos seus benefícios para a humanidade.

Neste sentido, o último dia 12 de julho foi uma data histórica para todos nós. Depois de cinco anos, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia foi retomado pelo presidente Lula, em solenidade no Palácio do Planalto. Durante a cerimônia, tive a honra de assinar a nomeação do meu amigo e professor, o ministro Sérgio Rezende, para ser o Secretário-Geral da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia que será realizada em 2024. E é com muita alegria que vejo a 5ª Conferência ganhando força e capilaridade aqui na SBPC.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar a SBPC e todos vocês a fazer uma ampla mobilização em todo Brasil por ocasião das etapas regionais e setoriais no sentido de garantir uma grande participação das entidades científicas e acadêmicas e de toda a sociedade, de forma que as políticas de ciência e tecnologia possam refletir a consolidação da democracia e a construção de um país justo, inclusivo, sustentável, democrático e soberano para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

Muito obrigada.